UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ATUÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

LUCRO REAL OU LUCRO PRESUMIDO:
POR QUAL OPTAR?

Carmine Rullo

Orientador: Prof. Dr. Ariovaldo dos Santos

São Paulo

2008

Profa. Dra. Suely Vilela
Reitora da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Carlos Roberto Azzoni
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Prof. Dr. Fábio Frezatti
Chefe do Departamento de Contabilidade e Atuária

Prof. Dr. Gilberto de Andrade Martins
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis

CARMINE RULLO

**LUCRO REAL OU LUCRO PRESUMIDO:
POR QUAL OPTAR?**

Dissertação apresentada ao Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Orientador: **Prof. Dr. Ariovaldo dos Santos**

SÃO PAULO

2008

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Seção de Processamento Técnico do SBD/FEA/USP

Rullo, Carmine

Lucro real ou lucro presumido : por qual optar / Carmine Rullo.

-- São Paulo, 2008.

88 p.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2008

Bibliografia.

1. Imposto de renda 2. Contabilidade tributária 3. Contabilidade fiscal
I. Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia, Administração e
Contabilidade II. Título.

CDD – 336.242

**À vera,
A minha fonte de estímulo
e referência.**

**À caroline e à giovana,
pela renúncia a que foram
forçadas.**

Primeiramente, agradeço ao meu pai (*in memoriam*) pelo exemplo de vida e à minha mãe pelo simples fato de me apoiar nos estudos durante a minha formação. O retorno que lhes dou é alcançar a graduação de mestre. Obrigado.

Agradeço aos professores doutores: Luiz Nelson Carvalho, pelo seu discurso contagiante; Welington Rocha, por tornar tão simples assuntos tão complexos; Geraldo Barbieri, pela sua paciência; Reinaldo Guerreiro, pela sabedoria; Luiz João Corrar, pelo estímulo ao pensamento; Gilberto de Andrade Martins, por além de ensinar, filosofar; Valmor Slomski, por ser referência em Contabilidade Pública e Eliseu Martins, por reunir tamanha grandeza e importância em uma pessoa tão simples no trato: sinto-me honrado em ter sido seu aluno. Obrigado a todos.

Agradeço, em especial, o meu orientador, Prof. Dr. Ariovaldo dos Santos, tanto na qualidade de professor, pelo seu empenho, conhecimento e dedicação reconhecidos por todos os seus alunos e quanto pela capacidade de orientar com tamanha objetividade, que possibilitou que esta dissertação fosse desenvolvida sem atropelos. Obrigado por ter aceitado esta orientação.

Quanto aos colegas de salas de aula, agradeço a todos com quem compartilhei momentos que outrora eram tensos e agora se transformam em gratas recordações. Foi duro, mas valeu a pena.

Agradecimento especial aos colegas da Receita Federal: Marco Antonio Ruiz, Flávio H. Borges, Milton Raffani e César Leony F. da Cunha pelo apoio prestado durante todo o período. Muito obrigado, tenho vocês no mais alto grau de consideração e amizade.

Agradeço ao Prof. Luis Antonio de Campos Gurgel por ter me estimulado a participar desta empreitada. Você merece todas as homenagens de quem muito lhe admira.

Ao Prof. Dr. Eurico Marcos Diniz de Santi pelo apoio e compreensão. Poder lecionar sob a sua orientação tem sido um grande aprendizado.

Ao Joel Miyasaki e ao Helio Rieger de Mello, agradeço-os pelo auxílio incondicional. É muito bom ter amigos como vocês.

Agradeço à Regina Valbom, pela formatação, ao Prof. José Carlos Aquino pela revisão gramatical e ortográfica, enfim, a todos que direta ou indiretamente colaboraram com a conclusão deste trabalho. Obrigado.

“Daqui a cem anos não vai interessar quanto dinheiro você teve, qual era o tamanho da sua casa ou qual era o modelo do carro que você dirigia, mas se você tiver sido importante na vida de um jovem, ah isso sim terá feito a diferença”.

Anônimo

RESUMO

A União, na qualidade de usuária da informação contábil, utiliza o lucro contábil como base para definir a renda a ser tributada das pessoas jurídicas: trata-se do lucro real, nos termos da legislação do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ).

Tendo em vista a complexidade inerente à atividade contábil, o legislador determinou que para certas situações seria necessária uma opção mais simples para se apurar a renda de algumas pessoas jurídicas e o lucro presumido foi a forma escolhida a ser aplicada. Consiste em presumir que a renda é um percentual aplicado sobre a receita operacional, acrescido de outros ganhos. Tal opção, desde a sua criação ocorrida há mais de 65 anos, gerou uma oportunidade para os contribuintes escolherem o regime de tributação mais vantajoso, ou seja, aquele em que o encargo tributário fosse menor; para isso, bastaria escolherem a opção em que a renda fosse menor e, conseqüentemente, estariam optando pelo regime mais vantajoso.

A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), criada em 1988, foi uma forma de ser aumentada a arrecadação tributária da União mantendo-se relativamente constante a arrecadação do montante de tributos incidentes sobre a renda, visto que o produto da arrecadação da CSLL não é compartilhado com Estados e Municípios como ocorre com o IRPJ. Juntamente com a legislação dessa contribuição, surgiu um regime em que o contribuinte que optasse pelo lucro presumido, automaticamente, estaria vinculado a uma forma semelhante de tributação da CSLL. Tal situação fez com que o contribuinte, ao optar pelo regime do lucro presumido tivesse de levar em consideração os efeitos que essa decisão provocaria no cálculo da CSLL.

Até o ano de 2002, a decisão de se optar pelo lucro presumido não influenciava a quantia a ser paga relativamente aos outros tributos, porém, no final de 2002, entrou em vigor a contribuição para o Programa de Integração Nacional (PIS) na forma não-cumulativa, com base de cálculo e alíquotas definidas de acordo com a opção ou não pelo regime do lucro presumido. À semelhança dessa forma de tributação, no ano seguinte, nasceu a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Esse tratamento vinculado dado aos quatro tributos tornou mais complexa a decisão em se optar ou não pelo lucro presumido. O presente trabalho equacionou a totalidade de tributos apurados segundo os regimes de tributação do lucro real e do lucro presumido para cada setor de atividade, obtendo as relações entre receitas e despesas em que a opção pelo lucro presumido ou real é indiferente. Dessa forma, situando-se as receitas e despesas da pessoa jurídica com relação a essa fronteira, torna-se possível decidir se o administrador deve ou não optar pelo lucro presumido.

Subsidiariamente, foi possível constatar que, no que se refere aos aspectos tributários, não é interessante manter nas empresas aplicações financeiras que representem estoque de capital, pois essa situação acarretará pagamento de tributos em valor maior se comparado com esse capital de posse dos sócios, pessoas físicas.

ABSTRACT

The Federal Government, as the user of accounting information, uses the accounting profit as the base to define the taxable income of corporations: it is the actual profit, as defined in the Corporate Income Tax (IRPJ) regulations.

Due to the complexity inherent to the accounting activity, the lawmakers have established that, in certain situations, a simpler option would be required to assess the income of certain corporations, and the assumed profit was the method chosen, which consists of assuming that the income is a percentage applicable to the operating income, including other gains. Since its creation over 65 years ago, said option has provided taxpayers an opportunity to choose the most beneficial taxation regime, i.e., the regime providing the lowest tax rate; to do so, companies simply had to choose the option where the income was the lowest, consequently the most beneficial regime.

The Social Tax on Net Profits (CSLL), created in 1988, was a method found by the Government to increase the Federal tax revenue, keeping relatively constant the amount of taxes applicable to the income, since the CSLL revenue is not shared with the States and municipalities, as is the case with the Corporate Income Tax. In conjunction with the regulation for this tax, a new taxation regime was created, where the taxpayer that opted for the assumed profit would be automatically bound to a taxation form similar to the CSLL. This situation made the taxpayer opting for the assumed profit regime to consider the effects of said options on the calculation of the CSLL.

Until 2002, the decision for choosing the assumed profit regime did not impact the amount payable against other taxes; however, in late 2002, the non-cumulative contribution to the PIS (Employees' Profit Sharing Program) was established, with calculation basis and rates defined according to whether the assumed profit regime was chosen or not. Similarly to this the Social Security Funding Tax (COFINS) was created.

This combined treatment of the four taxes has added complexity to the decision for choosing the assumed profit or not. This paper has summed up the taxes assessed according to the actual profit and assumed profit taxation regimes for each industry, establishing the revenue/expense rates where the option for assumed or actual profit is immaterial. Thus, by measuring corporate revenues and expenses against this benchmark, it is possible to decide whether managers should opt for the assumed profit regime or not.

Additionally, we could observe that, concerning taxation aspects, it is not advantageous for companies to keep investments that represent capital stock, since this scenario would entail higher taxes compared to capital owned by individual partners.

SUMÁRIO

Lista de Tabelas.....	3
Lista de Gráficos.....	3
1 INTRODUÇÃO.....	5
1.1 Contextualização.....	5
1.2 Problema.....	7
2 JUSTIFICATIVA.....	11
3 REFERENCIAL TEÓRICO E LEGAL.....	13
3.1 A Contabilidade e o IRPJ.....	13
3.1.1 As diferenças entre o Lucro Real e o Lucro Líquido antes do IRPJ.....	13
3.1.2 Compensação de prejuízos.....	15
3.1.3 Provisões.....	17
3.1.4 A nova filosofia e nova postura.....	19
3.2 O surgimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL.....	21
3.3 Regimes de apuração do IRPJ e CSLL.....	24
3.4 Tributação das aplicações financeiras.....	27
3.5 Contribuições para o PIS e a COFINS.....	30
3.5.1 Surgimento do PIS.....	30
3.5.2 Surgimento da COFINS.....	32
3.5.3 PIS/Pasep e COFINS não-cumulativos.....	34
4 DESENVOLVIMENTO DO MODELO DE DECISÃO.....	36
4.1 Formulação do regime de tributação pelo lucro real.....	46
4.1.1 Lucro real trimestral $\leq$ R\$ 60.000.....	47
4.1.2 Lucro real trimestral $>$ R\$ 60.000.....	47
4.2 Formulação do regime de tributação pelo lucro presumido.....	47
4.2.1 Lucro presumido $\leq$ R\$ 60.000.....	48
4.2.2 Lucro presumido $>$ R\$ 60.000.....	48
4.3 Confronto entre as fórmulas.....	48
4.3.1 Lucro real trimestral $\leq$ R\$ 60.000 e lucro presumido $\leq$ R\$ 60.000.....	48
4.3.2 Lucro real trimestral $\leq$ R\$ 60.000 e lucro presumido $>$ R\$ 60.000.....	49
4.3.3 Lucro real trimestral $>$ R\$ 60.000 e lucro presumido $\leq$ R\$ 60.000.....	49
4.3.4 Lucro real trimestral $>$ R\$ 60.000 e lucro presumido $>$ R\$ 60.000.....	49
5 APLICAÇÃO DO MODELO POR SETOR.....	50
5.1 Setor I: Regra geral.....	51
5.2 Setor II: Revenda, para consumo, de combustível derivado de petróleo, álcool e gás natural.....	51
5.3 Setor III: Prestação de serviço de transporte, exceto o de carga.....	52
5.4 Setor IV: Prestação de serviços em geral exceto serviços hospitalares; intermediação de negócios; administração, locação ou cessão de bens, imóveis, móveis e direitos de qualquer natureza.....	52
6 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	53
6.1 Hipótese em que lucro real e lucro presumido $\geq$ R\$ 60.000.....	53
6.2 Demais combinações de hipóteses entre lucros reais e presumidos maiores ou menores do que R\$60.000.....	67
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÃO.....	71
REFERÊNCIAS.....	76

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - PERCENTUAIS DE PRESUNÇÃO PARA APURAÇÃO DAS BASES DE CÁLCULO DO IRPJ E DA CSLL	11
TABELA 2 - COMPARAÇÃO ENTRE OS TRATAMENTOS SOCIETÁRIO E TRIBUTÁRIO NA APURAÇÃO DO LUCRO EM FACE DAS DIFERENÇAS DE CRITÉRIO NA COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS – VALORES NOMINAIS	16
TABELA 3 - LAIR (LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA), TSR E ALÍQUOTAS EFETIVAS EM 1988 E 1989.....	23
TABELA 4 - ALÍQUOTAS DO PIS – LC 07/1970.....	30
TABELA 5 - IMPACTO ECONÔMICO DO PIS E COFINS NO CUSTO DA CADEIA PRODUTIVA DO AÇO LONGO.....	33
TABELA 6 - VALORES ARRECADADOS PELA UNIÃO COM IRPJ, CSLL, COFINS E PIS NO PERÍODO DE 2000 A 2007	40
TABELA 7 - EQUAÇÕES DAS FRONTEIRAS EM QUE O LUCRO REAL É IGUAL AO PRESUMIDO	54
TABELA 8 - INTERCEPTO ENTRE O EIXO R E A RETA DO LUCRO PRESUMIDO EM FUNÇÃO DE β E P_I	55
TABELA 9 - (DMIN,RMIN) DETERMINADOS POR SETOR, PARA CADA VALOR DE α E β QUANDO LUCROS REAL E PRESUMIDO	56
TABELA 10 - SETOR I: PONTOS DE INTERSECÇÃO DE R(D) COM $R = \frac{60.000}{p_i + \beta(1 - p_i)}$ E R= D+60.000	68
TABELA 11 - SETOR II: PONTOS DE INTERSECÇÃO DE R(D) COM $R = \frac{60.000}{p_i + \beta(1 - p_i)}$ E R= D+60.000	68
TABELA 12 - SETOR III: PONTOS DE INTERSECÇÃO DE R(D) COM $R = \frac{60.000}{p_i + \beta(1 - p_i)}$ E R= D+60.000	68
TABELA 13 - SETOR IV: PONTOS DE INTERSECÇÃO DE R(D) COM $R = \frac{60.000}{p_i + \beta(1 - p_i)}$ E R= D+60.000 NOS INTERVALOS EM QUE R(D) É VÁLIDA ($P_I = 32\%$)	69
TABELA 14 - COEFICIENTES ANGULARES EM QUE R(D) COINCIDE COM A INTERSECÇÃO DAS RETAS DO	70

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1- VALOR DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA EMPRESA X EM R\$ MIL.....	16
GRÁFICO 2- ALÍQUOTA EFETIVA ENTRE OS TSR (TRIBUTOS SOBRE A RENDA) E A RENDA NOS ANOS DE 1988 E 1989.....	23
GRÁFICO 3- FRONTEIRA EM QUE OS LUCROS PRESUMIDO E REAL SÃO IGUAIS E A PRESUNÇÃO É DE 8% SOBRE AS RECEITAS	41
GRÁFICO 4- FRONTEIRAS NO PLANO DE RECEITAS E DESPESAS EM QUE $T_R=T_P$ COM E SEM CSLL, SENDO $P_f=8\%$, $P_c=12\%$ E LR E $LP > 60.000/\text{TRIMESTRE}$	43
GRÁFICO 5- REGIÕES DAS RECEITAS E DESPESAS EM QUE OS LUCROS REAL E PRESUMIDO SÃO MAIORES OU MENORES DO QUE R\$ 60.000	46
GRÁFICO 6- CRITÉRIO PARA SE OPTAR OU NÃO PELO LUCRO PRESUMIDO, QUANDO OS LUCROS REAIS E PRESUMIDOS SÃO MAIORES DO QUE R\$60.000 POR TRIMESTRE	53
GRÁFICO 7- AS DUAS SITUAÇÕES EM QUE AS RETAS PODEM ADENTRAR A REGIÃO EM QUE OS LUCROS REAIS E PRESUMIDO SÃO MAIORES DO QUE R\$ 60.000 POR TRIMESTRE.....	55
GRÁFICO 8- R(D) DO SETOR I PARA α IGUAL A 0%, 30%, 60% E 100% E $\beta = 0\%$, QUANDO LUCROS REAL E PRESUMIDO SÃO MAIORES DO QUE R\$ 60.000 POR TRIMESTRE.....	57
GRÁFICO 9- R(D) DO SETOR I PARA α IGUAL A 0%, 30%, 60% E 100% E $\beta = 10\%$, QUANDO LUCROS REAL E PRESUMIDO SÃO MAIORES DO QUE R\$ 60.000 POR TRIMESTRE.....	57
GRÁFICO 10- R(D) DO SETOR I PARA α IGUAL A 0%, 30%, 60% E 100% E $\beta = 20\%$, QUANDO LUCROS REAL E PRESUMIDO SÃO MAIORES DO QUE R\$ 60.000 POR TRIMESTRE	57
GRÁFICO 11- R(D) DO SETOR I PARA α IGUAL A 0%, 30%, 60% E 100% E $\beta = 30\%$, QUANDO LUCROS REAL E PRESUMIDO SÃO MAIORES DO QUE R\$ 60.000 POR TRIMESTRE	58
GRÁFICO 12- R(D) DO SETOR II PARA α IGUAL A 0%, 30%, 60% E 100% E $\beta = 0\%$, QUANDO LUCROS REAL E PRESUMIDO SÃO MAIORES DO QUE R\$ 60.000 POR TRIMESTRE	58
GRÁFICO 13- R(D) DO SETOR II PARA α IGUAL A 0%, 30%, 60% E 100% E $\beta = 10\%$, QUANDO LUCROS REAL E PRESUMIDO SÃO MAIORES DO QUE R\$ 60.000 POR TRIMESTRE	59
GRÁFICO 14- R(D) DO SETOR II PARA α IGUAL A 0%, 30%, 60% E 100% E $\beta = 20\%$, QUANDO LUCROS REAL E PRESUMIDO SÃO MAIORES DO QUE R\$ 60.000 POR TRIMESTRE	59
GRÁFICO 15- R(D) DO SETOR II PARA α IGUAL A 0%, 30%, 60% E 100% E $\beta = 30\%$, QUANDO LUCROS REAL E PRESUMIDO SÃO MAIORES DO QUE R\$ 60.000 POR TRIMESTRE	60
GRÁFICO 16- R(D) DO SETOR III PARA α IGUAL A 0%, 30%, 60% E 100% E $\beta = 0\%$, QUANDO LUCROS REAL E PRESUMIDO SÃO MAIORES DO QUE R\$ 60.000 POR TRIMESTRE	60
GRÁFICO 17- R(D) DO SETOR III PARA α IGUAL A 0%, 30%, 60% E 100% E $\beta = 10\%$, QUANDO LUCROS REAL E PRESUMIDO SÃO MAIORES DO QUE R\$ 60.000 POR TRIMESTRE	61
GRÁFICO 18- R(D) DO SETOR III PARA α IGUAL A 0%, 30%, 60% E 100% E $\beta = 20\%$, QUANDO LUCROS REAL E PRESUMIDO SÃO MAIORES DO QUE R\$ 60.000 POR TRIMESTRE	61
GRÁFICO 19- R(D) DO SETOR III PARA α IGUAL A 0%, 30%, 60% E 100% E $\beta = 30\%$, QUANDO LUCROS REAL E PRESUMIDO SÃO MAIORES DO QUE R\$ 60.000 POR TRIMESTRE	62
GRÁFICO 20- R(D) DO SETOR IV PARA α IGUAL A 0%, 30%, 60% E 100% E $\beta = 0\%$, QUANDO LUCROS REAL E PRESUMIDO SÃO MAIORES DO QUE R\$ 60.000 POR TRIMESTRE	62
GRÁFICO 21- R(D) DO SETOR IV PARA α IGUAL A 0%, 30%, 60% E 100% E $\beta = 10\%$, QUANDO LUCROS REAL E PRESUMIDO SÃO MAIORES DO QUE R\$ 60.000 POR TRIMESTRE	63
GRÁFICO 22- R(D) DO SETOR IV PARA α IGUAL A 0%, 30%, 60% E 100% E $\beta = 20\%$, QUANDO LUCROS REAL E PRESUMIDO SÃO MAIORES DO QUE R\$ 60.000 POR TRIMESTRE	63
GRÁFICO 23- R(D) DO SETOR IV PARA α IGUAL A 0%, 30%, 60% E 100% E $\beta = 0\%$, QUANDO LUCROS REAL E PRESUMIDO SÃO MAIORES DO QUE R\$ 60.000 POR TRIMESTRE	64
GRÁFICO 24- REGIÃO DO PLANO CARTESIANO (D,R) EM QUE OS LUCROS REAL E PRESUMIDO SÃO MAIORES DO QUE R\$ 60.000 POR TRIMESTRE SUBDIVIDIDA POR R(D) A PARTIR DO PONTO A	65
GRÁFICO 25- REGIÃO DO PLANO CARTESIANO (D,R) EM QUE OS LUCROS REAL E PRESUMIDO SÃO MAIORES DO QUE R\$ 60.000 POR TRIMESTRE SUBDIVIDIDA POR R(D) A PARTIR DO PONTO B.....	65
GRÁFICO 26- REGIÃO DO PLANO CARTESIANO (D,R) EM QUE OS LUCROS REAL E PRESUMIDO SÃO MAIORES DO QUE R\$ 60.000 POR TRIMESTRE SUBDIVIDIDA POR R(D) A PARTIR DO PONTO A	72
GRÁFICO 27- REGIÃO DO PLANO CARTESIANO (D,R) EM QUE OS LUCROS REAL E PRESUMIDO SÃO MAIORES DO QUE R\$ 60.000 POR TRIMESTRE SUBDIVIDIDA POR R(D) A PARTIR DO PONTO B.....	72

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

O Código Tributário Nacional (CTN), instituído pela Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, estabelece regras relativas ao imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza. Por intermédio do Art. 43, é definido o fato gerador desse imposto como sendo a aquisição de disponibilidade econômica ou jurídica de renda ou de acréscimos patrimoniais não compreendidos no conceito de renda.

Renda, por sua vez, é caracterizada no CTN como o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos, porém, independentemente desse conceito, o texto legal leva a concluir que a Lei busca tributar qualquer acréscimo patrimonial.

No Art. 44 do CTN, é definida a base de cálculo: o montante, real, arbitrado ou presumido, da renda ou dos proventos tributáveis. A legislação ordinária posterior ao CTN definiu mais claramente o que vêm a ser os regimes de tributação em questão. O Decreto-lei nº 1.598/66 (Art. 6º) definiu lucro real como o lucro líquido do período de apuração, ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas por aquele Decreto-lei. O mesmo instrumento legal, em seu Art. 6º, §1º dispõe que lucro líquido do período de apuração é a soma algébrica do lucro operacional, dos resultados não operacionais, do saldo da conta de correção monetária (revogado posteriormente), das participações, e deverá ser determinado com observância dos preceitos da Lei comercial.

O regime de apuração, baseado no lucro presumido em vigor, está definido na Lei nº 9.249, de 1995, Art. 15, e Lei nº 9.430, de 1996, Arts. 1º e 25, inciso I, em que ficam estabelecidas condições para a empresa poder optar por esse regime de tributação que consiste em presumir o lucro aplicando-se um percentual definido em lei sobre o valor das receitas brutas auferidas. A legislação contempla, ainda, alguns valores que deverão ser acrescidos a esse resultado, tais como: rendimentos de aplicações financeiras, ganho de capital na venda de item do ativo permanente e outros não relacionados ao produto da venda de bens nas operações de conta própria, ao preço dos serviços prestados ou ao resultado auferido nas operações de conta alheia.

Quanto ao lucro arbitrado, a base de cálculo corresponderá a 20% a mais da base de cálculo obtida pelo regime do lucro presumido e é aplicado quando:

- O contribuinte, obrigado à tributação com base no lucro real, não mantiver escrituração na forma das leis comerciais e fiscais ou deixar de elaborar as demonstrações financeiras exigidas pela legislação fiscal;
- A escrituração a que estiver obrigado o contribuinte a revelar evidentes indícios de fraudes ou contiver vícios, erros ou deficiências que a tornem imprestável seja para identificar a efetiva movimentação financeira, inclusive bancária ou para determinar o lucro real;
- O contribuinte deixar de apresentar à autoridade tributária os livros e documentos da escrituração comercial e fiscal ou o Livro Caixa quando for o caso;
- O contribuinte optar, indevidamente, pela tributação com base no lucro presumido; o comissário ou representante da pessoa jurídica estrangeira deixar de escriturar e apurar o lucro da sua atividade separadamente do lucro do comitente residente ou domiciliado no exterior;
- O contribuinte não mantiver, em boa ordem e segundo as normas contábeis recomendadas, livro razão ou fichas utilizados para resumir e totalizar, por conta ou subconta, os lançamentos efetuados no Diário.

Nesse contexto, é possível sintetizar os regimes de tributação da seguinte forma: o legislador deu preferência à forma de tributação que tem por base a contabilidade, ou seja, partindo-se do lucro contábil apurado, obtém-se a base de cálculo do imposto de renda; há, contudo, uma outra hipótese de regime (lucro presumido) em que se busca simplificar a apuração do lucro atribuindo-se um percentual incidente sobre as receitas e qualificando-se, legalmente, o resultado dessa operação como a renda do período de apuração; o lucro arbitrado surge como uma alternativa de tributação nos casos em que os registros contábeis se tornam ineficazes para a apuração do lucro.

Pedreira (1979, p.861) relata que

A legislação sempre regulou o lucro presumido estabelecendo uma única porcentagem aplicada sobre a receita bruta, tributando em separado os resultados não operacionais, quando conhecidos. A Lei nº 6.468/77, alterada pelo Decreto-lei nº 1.647/78, reformou a tributação criando distinções entre espécies de receitas, porcentagens diferentes para cada espécie, e regimes diversos de tributação dos resultados não operacionais conforme a relação entre receitas brutas operacionais e não operacionais.

Os regimes de tributação do lucro real e do lucro presumido não surgiram com o CTN. O Decreto-lei nº 5.844 de 23/09/1943, em seus Arts. 32 e 33, já definia que as pessoas jurídicas seriam tributadas de acordo com os lucros reais verificados, anualmente, segundo o balanço e a demonstração da conta de lucros e perdas, facultando às pessoas jurídicas, salvo às sociedades por ações e às por quotas de responsabilidade limitada, optarem pela tributação baseada no lucro presumido que era determinado conforme o Art. 40 do mesmo dispositivo legal, ou seja, aplicando-se o coeficiente de 8% sobre a receita bruta definida como a soma das operações, realizadas por conta própria e das remunerações recebidas como preço de serviços prestados, incluindo-se as receitas totais de transações alheias ao objeto do negócio.

1.2 Problema

A apuração do lucro contábil envolve princípios e convenções contábeis que buscam interpretar os fatos econômicos e quantificá-los da melhor forma tendo como consequência a apuração dos resultados das operações realizadas num determinado período de tempo.

Hendriksen e Van Breda (1999, p.199) afirmam que

O objetivo primordial da divulgação do lucro é o fornecimento de informações úteis àqueles que estão mais interessados nos relatórios financeiros. Entretanto é preciso enunciar objetivos mais específicos para que se tenha uma compreensão mais clara da divulgação do lucro. Um dos objetivos básicos que se imagina ser mais importante para todos os usuários de demonstrações financeiras é a necessidade de se distinguir entre capital aplicado e lucro – entre saldos e fluxos – como parte do processo descritivo da contabilidade.

A mensuração convencional do lucro é aquela cujo enfoque está nas transações. Tal termo é usado no sentido amplo incluindo transações internas e externas. As transações internas decorrem do uso ou da transformação de ativos dentro da empresa enquanto as externas decorrem de contatos com pessoas físicas e jurídicas situadas fora da empresa. Ignoram-se as variações decorrentes de mudanças de valores de mercado ou somente de expectativas, pois, ao considerá-las, há afastamento puro do enfoque de transações representando uma aplicação do método de inventário anual, implícito no enfoque de preservação de capital (HENDRIKSEN e VAN BREDA, 1999, p. 200).

A contabilidade busca conceituar, claramente, os critérios pelos quais o lucro é apurado, pois se reconhece a diversidade do tema quando outros conceitos começam a interferir nos seus critérios de apuração.

No âmbito jurídico, o CTN prevê a hipótese do lucro presumido obtido por intermédio da aplicação de percentual sobre a receita bruta acrescendo-se determinados ganhos a esse resultado. Baleeiro (1994, p.185) trata o tema alegando que a sua existência visa permitir ao legislador ordinário meios de enfrentar a complexidade das situações.

Há, portanto uma complexidade na esfera contábil que tem dificuldades de definir os critérios contábeis para os diversos usuários das informações. No âmbito jurídico, apesar de estar definido que o usuário da informação contábil é o fisco, o legislador entendeu ser necessária uma opção mais simples para se apurar a renda de determinadas pessoas jurídicas escolhendo o lucro presumido como a forma jurídica aplicável. Tal opção cria uma oportunidade aos contribuintes que dela poderão se valer, de tal forma a escolher o regime de tributação mais vantajoso, ou seja, aquele em que o encargo tributário for menor.

Com o passar dos anos, outros tributos foram sendo criados e os respectivos regimes de apuração foram sendo, gradativamente, vinculados à opção ou não pelo lucro presumido. É o caso da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e do Programa de Integração Social (PIS). No caso da COFINS e do PIS, elas incidiam de forma cumulativa na cadeia, porém, a partir de 2003, o contribuinte passou a ter de calculá-lo da forma denominada como não-cumulativa quando estivesse submetido ao Lucro Real. Da mesma forma, ocorreu com a COFINS a partir de 2004.

A inserção dessas novas variáveis (PIS, COFINS e CSLL) tornou mais complexa a escolha entre os dois regimes de tributação, pois não se busca mais saber a diferença de imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ) entre um regime e outro, mas sim a diferença entre a soma do IRPJ, PIS, COFINS e CSLL para cada um dos regimes.

É importante salientar que a tomada de decisão em um determinado investimento não se restringe à questão de se optar ou não pelo lucro presumido, pois depende de um outro rol de variáveis.

A matéria tributária tem caráter interdisciplinar ou até multidisciplinar e envolve várias áreas de conhecimento como o direito, a contabilidade, as finanças, dentre outras. Iudícibus e Pohlmann (2007) analisam a classificação interdisciplinar da pesquisa tributária e citam vários

autores que concordam ou vêm com restrição a natureza interdisciplinar nesse campo de estudo.

Shackelford e Shevlin (2001) estabelecem que, na contabilidade tributária, existem três áreas ou campos de pesquisa principais:

- a coordenação de fatores tributários e não-tributários;
- os efeitos dos tributos sobre os preços;
- a tributação do comércio multijurisdicional (internacional, interestadual etc.).

Em 1992, Scholes, um professor de finanças, e Wolfson, um professor de contabilidade, desenvolveram uma estrutura conceitual de planejamento tributário baseada em três tópicos (*all parties*, *all taxes* e *all costs*) que são, assim, explicados:

- considerar as implicações fiscais de uma transação proposta para todas as partes da transação (*all parties*);
- ao se investir e tomar decisões financeiras, considere os tributos explícitos que são os valores pagos diretamente aos governos bem como os implícitos, que são aqueles pagos indiretamente na forma de menores taxas de retorno antes dos impostos em investimentos incentivados (*all taxes*);
- os tributos representam um dentre muitos custos do negócio e todos os custos devem ser levados em consideração no processo de planejamento (*all costs*).

Shackelford e Shevlin (2001) destacam as seguintes questões ao se analisar a pesquisa em matéria tributária: os tributos são importantes? Se não, por quê? Se sim, quanto? Analisa-se, portanto, se a eventual redução de tributos é importante para a estratégia do negócio.

Sem se aprofundar no cerne da questão, o presente trabalho busca, única e tão somente, auxiliar na tomada de decisão em se optar ou não pelo lucro presumido de acordo com as regras tributárias vigentes no ano de 2007 e o resultado final deste trabalho deverá ser utilizado no contexto em que essa decisão seja importante para o negócio em questão.

1.3 Objetivos

Equacionar a totalidade de tributos apurados segundo os regimes de tributação do lucro real e do lucro presumido para cada setor de atividade. Em seguida, dentro de cada setor de atividade, serão confrontadas as equações de cada um dos regimes de tributação obtendo-se as relações entre receitas e despesas em que a somatória dos tributos é a mesma, ou seja, serão obtidas as relações entre receitas e despesas que determinarão a fronteira do plano cartesiano (D,R) em que a opção pelo lucro presumido ou real é indiferente.

Obtida a fronteira para cada setor de atividade, serão estudadas as regiões do gráfico em que é mais conveniente adotar um ou outro regime, com a finalidade de se darem ferramentas para que a melhor decisão econômica seja tomada no que se refere a optar-se ou não pelo regime do lucro presumido.

2 JUSTIFICATIVA

A legislação do IRPJ e da CSLL convergiram para um tratamento vinculado, ou seja, ao se optar pelo lucro presumido, automaticamente, está-se optando por um tratamento análogo para apuração da base de cálculo da CSLL. Não existe, portanto, a possibilidade de se optar pelo lucro presumido e apurar-se a base de cálculo da CSLL partindo-se do lucro contábil ou vice-versa. Apesar dessa vinculação, em alguns casos os percentuais de presunção são diferentes:

Tabela 1 - Percentuais de presunção para apuração das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL

Atividades	Percentuais de presunção	
	IRPJ	CSLL
Sobre a receita bruta auferida (regra geral).	8,0%	12,0%
Revenda, para consumo, de combustível derivado de petróleo, álcool e gás natural.	1,6%	12,0%
Prestação de serviço de transporte, exceto o de carga.	16,0%	12,0%
Prestação de serviços em geral exceto serviços hospitalares; intermediação de negócios; administração, locação ou cessão de bens, imóveis e direitos de qualquer natureza.	32,0%	32,0%

Um trabalho bastante interessante seria analisar-se o Lucro Real de cada um desses setores e comparar com o Lucro Presumido calculado por intermédio dos percentuais de presunção estabelecidos legalmente, porém este estudo esbarra no sigilo fiscal por parte do Fisco. Iudícibus e Pohlmann (2007) sugerem a evidenciação de informações tributárias juntamente com as demonstrações contábeis publicadas, fato que permitiria estudos de maior qualidade por parte dos pesquisadores em geral.

A legislação das contribuições (PIS e COFINS) dá dois tratamentos: incidem somente sobre as receitas em ambos os casos, porém têm alíquotas diferentes e existem direitos de créditos no caso de regime de apuração pelo lucro real.

A conjugação dessas variáveis é que vai influenciar a tomada de decisão por parte do administrador que, no início de cada ano, de posse das informações contábeis do ano anterior e do planejamento feito para o ano em curso, terá de decidir se deverá optar ou não pelo lucro presumido.

O modelo de decisão a ser desenvolvido, no presente estudo, poderá auxiliar o profissional da contabilidade na obtenção dos subsídios necessários para essa tomada de decisão, com embasamento teórico suficiente, pois a legislação tem tornado cada vez mais complexa essa tarefa.

3 REFERENCIAL TEÓRICO E LEGAL

3.1 A Contabilidade e o IRPJ

Santos (2003, p.14) relata que:

O século XIX e o início do século XX foram cenário de grandes transformações econômicas. As atividades comerciais e industriais, principalmente na Europa e Estados Unidos da América, tiveram estupendo incremento e passaram a exigir mudanças e adaptações da Contabilidade às novas realidades. As mudanças passaram a ser não só no cenário, mas também na forma e no tipo de usuários das demonstrações ou informações oriundas do sistema contábil. Os governos passaram a utilizar tais informações para a fixação de impostos e também aproveitaram para impor determinados tipos de práticas contábeis, [...].

A legislação fiscal brasileira acompanhou o mesmo pensamento e aproveitou o fato de que a contabilidade confronta receitas e despesas (inclusive custos) da pessoa jurídica para apurar o lucro líquido e o utilizou como base na apuração do lucro tributável denominado “lucro real” que difere do lucro líquido por haver ajustes decorrentes de adições e exclusões previstas na legislação tributária (artigos 247 e 248 do Decreto nº 3000/99 – RIR/99).

Tais ajustes, em alguns casos, referem-se, apenas, ao momento de reconhecimento dos fatos econômicos e, em outros, as respectivas legislações divergem nos tratamentos a serem dados aos fatos econômicos.

Numa primeira análise, pareceria que a renda deveria ter o mesmo tratamento, seja na legislação societária ou tributária, porém o Código Tributário Nacional em seu artigo 44 preconiza que a base de cálculo do imposto de renda é o montante, real, presumido ou arbitrado da renda ou dos proventos de qualquer natureza. Esse preceito legal estabelece a conexão jurídica do conceito de renda vinculado à legislação tributária, razão pela qual surgem os ajustes do lucro contábil para se obter o lucro real.

3.1.1 As diferenças entre o lucro real e o lucro líquido antes do IRPJ

O Art. 299 do RIR/99, cujo fundamento legal é a Lei nº 4.506, de 1964, Art. 47, estipula que são consideradas operacionais as despesas não computadas no custo necessárias às atividades de empresa, assim entendidas aquelas usuais ou normais para a operação ou atividade.

Por outro lado, a legislação societária (Lei nº 6.404/76, Art. 187), na apuração do resultado do exercício, prevê:

Art. 187. A demonstração do resultado do exercício discriminará:

[...]

lII - as despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais;

Quando a Lei nº 6.404/76 estipula que, dentre outras, devem ser deduzidas das receitas as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais, significa que as despesas gerais e administrativas devem ser, também, operacionais, ou seja, vinculadas às operações e atividades da empresa. Esse raciocínio leva à conclusão de que essas despesas são as mesmas previstas na legislação tributária que, em última análise, se relacionam com as atividades e operações da empresa.

O *caput* do Art. 13 da Lei nº 9.249/95 estabelece:

Para efeito de apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido, são vedadas as seguintes deduções, independentemente do disposto no Art. 47 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964.

Em que pese a possibilidade de ser operacional e necessária à atividade da empresa, a legislação tributária (Art. 13 da Lei nº 9.249 alterado pelo Art. 14 da Lei nº 9.430/96) proibiu a dedutibilidade das seguintes despesas para efeito de apuração do lucro real:

- despesas com alimentação dos sócios, acionistas e administradores;
- despesas com brindes;
- despesas com provisão exceto as de férias, décimo terceiro salário e as provisões técnicas das companhias de seguro e capitalização e das entidades de previdência privada, cuja constituição é exigida pela legislação específica.

Além desses elementos, outras restrições estão citadas no mesmo artigo, que são:

- as contraprestações de arrendamento mercantil e do aluguel de bens móveis ou imóveis, ou as despesas de depreciação, amortização, manutenção, reparo, conservação, impostos, taxas, seguros e quaisquer outros gastos com bens móveis ou imóveis, exceto quando relacionados intrinsecamente com a produção ou comercialização dos bens e serviços.

Quanto a esse item cabe a seguinte crítica: A regra geral de dedutibilidade é o fato de as despesas serem necessárias à atividade da empresa, portanto, parece redundante a

indedutibilidade de algo que não seja necessário ao atendimento do objeto social da pessoa jurídica.

O mesmo dispositivo legal prevê, ainda, duas hipóteses em que é permitida a dedução das seguintes despesas:

- as contribuições em favor dos empregados e dirigentes da empresa, destinadas a custear seguros e planos de saúde, e benefícios complementares assemelhados aos da previdência social.
- doações, respeitadas determinadas condições.

Concluindo, o Art. 13 da Lei nº 9.249/95 estabeleceu regras que consideram indedutíveis despesas eventualmente necessárias às atividades da empresa (brindes e alimentação de sócios, administradores e acionistas) e, por outro lado, trata como dedutíveis despesas cuja necessidade é questionável (contraprestações de arrendamento mercantil e do aluguel de bens móveis ou imóveis, ou as despesas de depreciação, amortização, manutenção, reparo, conservação, impostos, taxas, seguros e quaisquer outros gastos com bens móveis ou imóveis, exceto quando relacionados intrinsecamente com a produção ou comercialização dos bens e serviços; doações segundo certas condições).

3.1.2 Compensação de prejuízos

Antes de a Lei nº 8.981/95 entrar em vigor, os prejuízos fiscais acumulados eram compensados com os resultados positivos do período sendo que tais prejuízos somente poderiam ser compensados dentro do prazo de cinco anos de sua constituição.

Se uma empresa tivesse lucro de R\$ 120 mil no ano corrente e prejuízo fiscal acumulado de R\$ 100 mil, o imposto seria cobrado sobre R\$ 20 mil. Tratamento análogo é dado para se chegar ao valor do lucro a ser destinado, no caso da legislação societária, que, em última análise, é o acréscimo patrimonial sobre o maior valor do patrimônio líquido, em toda a existência da pessoa jurídica.

Para ilustrar a situação, seja analisado um exemplo: A Empresa X foi criada em 31/12/2000 com capital de R\$ 1.000.000 e iniciou suas atividades em 2001. Seu Patrimônio Líquido (PL) variou no período, em função dos respectivos resultados dos exercícios, conforme abaixo:

Gráfico 1 - Valor do patrimônio líquido da empresa X em R\$ mil

A empresa, no ano 2000, tinha um PL igual a R\$ 1.000.000 e culminou, em 2006, com R\$ 2.100.000, portanto, sua evolução patrimonial foi de R\$ 1.100.000 em todo o período (2000 a 2006).

A Lei nº 8.981/95, Art. 48, limitou a compensação de prejuízos fiscais a trinta por cento do lucro do período, além de restringir que os prejuízos não operacionais só poderiam ser compensados com lucro da mesma espécie. No caso da Empresa X, considerando-se apenas resultados operacionais, ter-se-iam os seguintes tratamentos:

Tabela 2 - Comparação entre os tratamentos societário e tributário na apuração do lucro em face das diferenças de critério na compensação de prejuízos – valores nominais

Ano	Tratamento Societário			Tratamento Tributário		
	Patrimônio Líquido	Resultado anual	Lucro passível de distribuição	Lucro tributável	Prejuízo tributável	Prejuízo acumulado a compensar
2000	1.000	-	-	-	-	-
2001	1.500	500	500	500	-	-
2002	1.700	200	200	200	-	-
2003	1.300	(400)	-	-	(400)	(400)
2004	1.600	300	-	210	-	(310)
2005	1.400	(200)	-	-	(200)	(510)
2006	2.100	700	400	490	-	(300)
Totais	2.100	1.100	1.100	1.400	-	(300)

A variação patrimonial foi de R\$ 1.100.000, porém, a legislação tributária antecipou a cobrança de tributos sobre R\$ 300.000. Tal fato será registrado contabilmente no ativo da empresa X na forma de imposto de renda diferido aplicando-se a alíquota sobre esse valor.

Há questionamentos jurídicos a respeito desse tratamento tributário. Andrade (1996) entende que a limitação da compensação de prejuízos estaria provocando a tributação de um inexistente acréscimo patrimonial e que esse fato estaria em desacordo com o Art. 43 do Código Tributário Nacional (CTN). O Superior Tribunal de Justiça tem se manifestado pela legalidade da limitação de 30% na compensação de prejuízos da seguinte forma:

Tributário. CSSL. Imposto de Renda. Prejuízos Fiscais. Limites da Compensação. Lei n. 8.981/95. Legalidade.

1. Não se encontra eivada de ilegalidade a limitação da compensação em 30% (trinta por cento) dos prejuízos fiscais acumulados em exercício anteriores estabelecida nos Arts. 42 e 58 da Lei n. 8.981/95, para fins de determinação da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro (CSSL) e do imposto de renda.

Precedentes do STJ.

2. Recurso especial conhecido e provido.

(REsp 234448 / CE; Ministro João Otávio de Noronha; DJ 01.07.2005 p. 459)

"Recurso Especial - alíneas "a" e "c" - Tributário - CSSL - Compensação de Prejuízo Fiscal – Limites.

A jurisprudência desta egrégia Corte, na linha do que restou decidido no REsp 195.346/RN, relatado por este Magistrado, publicado no DJU 24.06.2002, firmou-se no sentido de que é legítima a restrição imposta pela Medida Provisória n. 812/94, convertida na Lei n. 8.981/95, que limitou à razão de 30% a compensação de prejuízos fiscais apurados pelas empresas até 31 de dezembro de 1994, a partir do exercício de 1995. Na mesma esteira, o AGREsp 319.894/SC, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJU 02.06.2003.

3.1.3 Provisões

Segundo Iudicibus, Martins e Gelbcke (2006, p.273),

[...] No exigível devem estar contabilizadas todas as obrigações, encargos e riscos conhecidos e calculáveis. As provisões são normalmente encargos e riscos já conhecidos, e seus valores são calculáveis, mesmo por estimativas.

Essa técnica, contabilmente, está amparada pela convenção do conservadorismo cujo enunciado é:

Entre conjuntos alternativos de avaliação para o patrimônio, igualmente válidos, segundo os princípios fundamentais, a contabilidade escolherá o que apresentar o menor valor atual para o ativo e o maior para as obrigações [...]. (IUDÍCIBUS, MARTINS e GELBCKE, 2006, p.68).

Por esse motivo, ao se questionar se a técnica da constituição de provisão deve ou não ser adotada, a convenção do conservadorismo indica que ela seja, pois reduz o ativo ou aumenta o passivo. O conservadorismo da prática contábil impõe esse tipo de procedimento. Trata-se de uma despesa baseada em cálculo estimado cuja contrapartida é uma conta patrimonial credora, podendo ser registrada no passivo como obrigação ou reduzindo uma conta do ativo.

Podem-se citar três argumentos que poderão ser utilizados em defesa do conservadorismo:

- a tendência do contador para o pessimismo é considerada necessária para contrabalançar o excesso de otimismo dos administradores e proprietários. A pressão de credores e outros usuários da informação contábil induziu os contadores do século XIX a refletirem o conservadorismo em seus relatórios financeiros e essa prática permeia a atual contabilidade (HENDRIKSEN E VAN BREDA, 1999, p. 105);
- a superestimação de lucros e avaliações é mais perigosa para a empresa e seus proprietários do que a subestimação, ou seja, não haveria motivo para que as regras de mensuração e reconhecimento de perdas sejam as mesmas para ganhos, dado que as consequências são diferentes (HENDRIKSEN e VAN BREDA, 1999, p. 106 *apud* ELLINGSEN, 1959, p. 81-82) e
- o contador, ao fazer uma auditoria, defronta-se com dois tipos de risco: divulgar algo que posteriormente demonstra ser incorreto ou deixar de divulgar algo que acabe sendo correto. O pressuposto do conservadorismo é de que as penalidades de divulgação são maiores do que as de não-divulgação (HENDRIKSEN e VAN BREDA, 1999, p. 106 *apud* THOMAS, 1966, p. 53-54), (HENDRIKSEN e VAN BREDA, 1999, p. 106 *apud* DEVINE, 1963, p. 137-138).

Hendriksen e Van Breda (1999, p. 106) acreditam que o conservadorismo não tem lugar na teoria da contabilidade e que a subestimação deliberada pode conduzir tão freqüentemente a decisões incorretas quanto a superestimação. Tal afirmação tem por base o entendimento, dentre outros, de que:

- é um método muito pobre para lidar com a existência de incerteza na avaliação de ativos e passivos e na mensuração do lucro;
- pode levar a uma distorção completa dos dados contábeis;

- dados divulgados conservadoramente não permitem interpretação adequada;
- conflita com o objetivo de divulgar toda informação relevante e também com a consistência e
- pode conduzir a uma falta de comparabilidade.

A legislação tributária, de certa forma, acompanha o mesmo pensamento, pois só admite a dedutibilidade para as despesas vinculadas às provisões técnicas das companhias de seguro e capitalização e das entidades de previdência privada, cuja constituição é exigida pela legislação específica, ou seja, são provisões originadas em atividades típicas de risco cuja constituição é vinculada a cálculos matemáticos previamente definidos.

Importante ressaltar que a Lei nº 9.249, Art. 13, inciso I, contempla, em seu texto, as provisões com férias e décimo terceiro salários de empregados, porém, com a definição dada pela Deliberação CVM nº 489/05, que aprovou o pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, de que "uma provisão é um passivo de prazo ou valor incertos", diversas contas que anteriormente eram denominadas "provisões" pela legislação tributária, deixaram de ter essa classificação: as férias, o 13º salário, os encargos sobre férias e 13º salário, o imposto de renda e a contribuição social e outros passaram a ser reconhecidos pela simples utilização do regime de competência como passivo.

As provisões vinculadas ao risco de crédito em vendas a prazo, igualmente, não são admitidas pela legislação fiscal, contudo, a Lei nº 9.430/96 contempla situações, nos Arts. 9 a 12, em que poderão ser deduzidas, no resultado do período, determinadas perdas que o legislador contemplou, classificadas em função do valor do crédito e do prazo de atraso no pagamento. Tais perdas podem ser classificadas como duas figuras distintas: a perda efetiva e a perda presumida.

O surgimento da impossibilidade jurídica de cobrança do devedor faz surgir a figura da perda efetiva nos termos do inciso I do §1º do Art. 9º da Lei nº 9.430/96. Para tanto, é necessário que exista pronunciamento formal do poder judiciário. Diante da “declaração de insolvência”, o contribuinte está autorizado a tomar a dedutibilidade do crédito, independentemente de qualquer controle contábil especial ou mesmo extra contábil. Será suficiente a documentação hábil pertinente a embasar o lançamento da perda na contabilidade.

As hipóteses legais das perdas presumidas estão expressas nos incisos II, III e IV do §1º do Art. 9º da Lei nº 9.430/96. O que as diferencia da perda efetiva é o fato de que as perdas presumidas se consubstanciam em deduções temporárias, ou seja, estão sujeitas a eventos futuros que poderão ou não confirmar a dedutibilidade tomada.

3.1.4 A nova filosofia e a nova postura

Em 28 de dezembro de 2007, foi sancionada a Lei nº 11.638 que alterou e revogou dispositivos da Lei nº 6.404. Nesse instrumento legal, foi incluído, no Art. 177, o §5º dispondo que as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários deverão ser elaboradas em consonância com os padrões internacionais de contabilidade adotados nos principais mercados de valores mobiliários.

Segundo Iudicibus, Martins e Gelbcke (2008, p.30), a lei (Art. 5º que alterou o Art. 10-a da Lei nº 6.385 de 7 de dezembro de 1976), também, admite que o processo de normatização contábil seja centralizado por meio de um órgão, permitindo que organismos federais reguladores façam convênio com ele para a adoção das regras contábeis que ele emitir, o que seria a validação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) composto por: Conselho Federal de Contabilidade (CFC); Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA); Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos no Mercado de Capitais (APIMEC); Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA); Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) (USP) e o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON).

Martins e Santos (2008) lembram que, acima de tudo, mais do que mudanças em normas, essa internacionalização significa uma mudança de filosofia, postura e pensamento quanto a pelo menos três tópicos: primazia da essência sobre a forma; primazia da análise de riscos e benefícios sobre a propriedade jurídica e normas orientadas por princípios e não por regras excessivamente detalhadas. A consequência dessa nova forma de pensamento exigirá, do profissional de contabilidade, maior utilização de sua capacidade de julgamento criando, num primeiro momento, maiores dificuldades tanto na elaboração como no uso da informação contábil.

3.2 O surgimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL

A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL foi instituída pela Lei nº 7.689/88, sendo uma contribuição destinada à seguridade social, com origem no artigo 195, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal de 1988 e a alíquota estabelecida foi de 8% sobre a base de cálculo.

A base de cálculo, por sua vez era o valor do resultado do exercício calculado nos moldes da legislação comercial, antes da provisão para o imposto de renda ajustado pela: a) exclusão do resultado positivo da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido; b) exclusão dos lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição, que tenham sido computados como receita; c) adição do resultado negativo da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido.

Essa forma de apuração determinou que a CSLL seria dedutível de sua própria base de cálculo e, por ser uma despesa obrigatória para a atividade da empresa, seria dedutível também na apuração do Lucro Real. Dessa forma, se for adotada a denominação de LAIR para o Lucro Antes do Imposto de Renda e da CSLL, essa contribuição seria calculada da seguinte forma:

$$\begin{aligned}
 CSLL &= 8\%(LAIR - CSLL) \\
 CSLL &= \frac{8\%LAIR}{1,08} \\
 \therefore CSLL &= 7,407\%LAIR
 \end{aligned}$$

Em 1988, antes da vigência da CSLL, a alíquota do imposto de renda das pessoas jurídicas era 35% (Decreto-lei nº 2065 de 26/10/83, Art. 16) e adicional de 10% sobre a renda que excedesse 40.000 OTN (Obrigações do Tesouro Nacional) nos termos do Art. 25 da Lei nº 7450 de 23/12/1985 ratificado pelo Art. 13 do Decreto-lei nº 2287 de 23/07/1986.

No início da vigência da CSLL, ou seja, em 1989, a alíquota do imposto de renda das pessoas jurídicas passou a ser 30% (Art. 10 da Lei nº 7689/88) e adicionais de 5% sobre a renda compreendida entre 20.000 e 40.000 OTN e de 10% sobre a renda que excedesse 40.000 OTN, nos termos do Art. 1º do Decreto-lei nº 2462 de 30/08/1988.

Se forem comparados os tributos sobre a renda (IRPJ+CSLL) incidentes em rendas superiores a 40.000 OTN acrescidas da CSLL (43.200 OTN) antes e depois da inclusão da CSLL no ordenamento jurídico brasileiro e admitindo-se que ambos possuem a mesma base de cálculo, ter-se-á o seguinte:

Sendo:

$TSR = \text{Tributos Sobre a Renda}$

Em 1988:

$$TSR_{1988} = 30\%LAIR + 10\%(LAIR - 40.000)$$

$$TSR_{1988} = 45\%LAIR - 4.000$$

$$\text{Se Aliquota Efetiva} = \frac{TSR}{LAIR}$$

Então

$$\text{Aliquota Efetiva}_{1988} = 45\% - \frac{4.000}{LAIR}$$

Em 1989:

$$TSR_{1989} = 30\%(LAIR - CSLL) + 5\%(40.000 - 20.000) + 10\%(LAIR - CSLL - 40.000) + CSLL$$

$$TSR_{1989} = 40\%LAIR + 60\%CSLL + 1.000 - 4.000$$

sabe-se que:

$$CSLL = 7,407\%LAIR$$

$$TSR_{1989} = 40\%LAIR + 60\%(7,407\%LAIR) - 3.000$$

$$TSR_{1989} = 44,44\%LAIR - 3.000$$

Então

$$\text{Aliquota Efetiva}_{1989} = 44,44\% - \frac{3.000}{LAIR}$$

Se for igualado TSR_{1988} com TSR_{1989} , será encontrado o valor de LAIR em que as alíquotas efetivas serão iguais, ou seja:

$$\begin{aligned} TSR_{1989} &= TSR_{1988} \\ 44,44\%LAIR - 3.000 &= 45\%LAIR - 4.000 \\ \therefore LAIR &= 180.000 \text{ OTN} \end{aligned}$$

Atribuindo-se valores de renda a partir de 43.200 OTN, poder-se-á observar que a TSR de ambas convergem para o mesmo valor quando LAIR for igual a 180.000 OTN.

Tabela 3 - LAIR (Lucro Antes do Imposto de Renda), TSR e alíquotas efetivas em 1988 e 1989

Lair	Tributo sobre a renda		Alíquota Efetiva = TSR/LAIR	
	Tsr ₁₉₈₈	Tsr ₁₉₈₉	Al. Efetiva ₁₉₈₈	Al. Efetiva ₁₉₈₉
43.200,00	15.440,00	16.200,00	35,74%	37,50%
75.000,00	29.750,00	30.333,33	39,67%	40,44%
110.000,00	45.500,00	45.888,89	41,36%	41,72%
145.000,00	61.250,00	61.444,44	42,24%	42,38%
180.000,00	77.000,00	77.000,00	42,78%	42,78%
215.000,00	92.750,00	92.555,56	43,14%	43,05%
250.000,00	108.500,00	108.111,11	43,40%	43,24%
285.000,00	124.250,00	123.666,67	43,60%	43,39%
320.000,00	140.000,00	139.222,22	43,75%	43,51%
∞			45,00%	44,44%

A Alíquota Efetiva em 1989 subtraída da Alíquota Efetiva em 1988 varia no intervalo $[-0,56\%; 1,76\%]$, rendas muito elevadas (tendendo a infinito) e para rendas iguais ou superiores a 43.200 OTN, respectivamente, e, quando a renda é igual a 180.000 OTN, a diferença é nula, sendo de 42,78% a Alíquota Efetiva em ambos os casos, o que demonstra que a carga tributária teve pouca alteração com essa mudança. Graficamente, esse evento, pode ser representado por:

Gráfico 2 - Alíquota Efetiva entre os TSR (Tributos Sobre a Renda) e a renda nos anos de 1988 e 1989

Destaque-se, todavia, que, ao se introduzir a CSLL, o produto de sua arrecadação, de acordo com as regras estabelecidas na então recente Carta Magna vigente no Brasil, drenou os recursos dessa arrecadação aos cofres da União, sem que houvesse repartição com Estados e Municípios, que é o que ocorre com o IRPJ. Aliás, esse *modus operandi* de se introduzirem

contribuições no lugar de impostos, repetiu-se, desde então, para vários tributos, como a CIDE, a COFINS, CPMF, essa última tendo sido precedida pelo IPMF que vigeu apenas no ano de 1994.

Apesar da simplificação de se adotar a igualdade entre lucro real e base de cálculo da CSLL na análise da alíquota efetiva dos TSR, o regramento inicial da CSLL trouxe um tributo cuja base de cálculo era diferente do lucro real visto que os únicos ajustes a serem feitos eram relativos às receitas ou despesas de investimentos avaliados por equivalência patrimonial e das receitas de dividendos de investimentos avaliados pelo custo, enquanto, para o IRPJ, esses ajustes, à época, também se aplicavam na apuração do lucro real, porém já existiam vários outros em vigor como incentivos fiscais decorrentes de depreciações incentivadas, dentre outros.

3.3 Regimes de apuração do IRPJ e CSLL

Aa regra de apuração-padrão para as bases de cálculo do IRPJ e da CSLL está fundamentada no lucro contábil da pessoa jurídica antes de computados esses dois tributos, ajustados pelas adições e exclusões previstas nas respectivas legislações.

A Lei nº 7.689/88, que introduziu a CSLL no ordenamento jurídico brasileiro, previa, no parágrafo único do artigo 6º, que se aplicavam à CSLL, no que coubesse, as disposições da legislação do imposto de renda referente à administração, ao lançamento, à consulta, à cobrança, às penalidades, às garantias e ao processo administrativo.

Em 1995, com as publicações das Leis nºs 8.981, 9.065 e 9.249, ambos os tributos tiveram alterações importantes nas respectivas bases de cálculo tornando cada vez maior a convergência de ambas para um mesmo valor. Passaram a ser indedutíveis na apuração da base de cálculo da CSLL e do lucro real as seguintes despesas:

- com alimentação dos sócios, acionistas e administradores;
- com brindes;
- com provisão exceto as de férias, décimo terceiro salário e as provisões técnicas das companhias de seguro e capitalização e das entidades de previdência privada, cuja constituição é exigida pela legislação específica.

Além dessas alterações comuns aos dois tributos, a Lei nº 8.981/95 introduziu a regra aplicável na apuração tanto do lucro real quanto da base de cálculo da CSLL relativa à compensação de prejuízos limitada a 30% do lucro apurado antes das compensações. A mesma Lei estabeleceu (Art. 57) que se aplicam à CSLL as mesmas normas de apuração e de pagamento estabelecidas para o IRPJ, mantidas a base de cálculo e as alíquotas previstas na legislação em vigor, com as alterações introduzidas por essa Lei.

Modificou-se, portanto, a Lei introdutória da CSLL. Primeiramente, aplicavam-se à CSLL, no que coubesse, as disposições da legislação do imposto de renda referente à administração, ao lançamento, à consulta, à cobrança, às penalidades, às garantias e ao processo administrativo. Posteriormente, passou-se a aplicar, também, à CSLL as “mesmas normas de apuração e de pagamento estabelecidas para o IRPJ, mantidas a base de cálculo e as alíquotas previstas na legislação em vigor”.

A instrução normativa da Secretaria da Receita Federal (IN) nº 390 de 30/01/2004 dispõe sobre a apuração e o pagamento da CSLL. Nesse dispositivo legal de caráter normativo da Lei, vários itens específicos do IRPJ passaram a ser utilizados na apuração da base de cálculo da CSLL, por exemplo:

- receitas e despesas dos juros sobre capital próprio com as mesmas limitações da legislação do IRPJ (a Lei nº 9.249/1995, Art. 9º, introduziu esse dispositivo na apuração do lucro real).
- perdas no recebimento de créditos, registro contábil das perdas, encargos financeiros de créditos vencidos e créditos recuperados cujos critérios são os mesmos da legislação do IRPJ (a Lei nº 9.430/1996, Arts. 9º ao 12º, introduziu esse dispositivo apenas na apuração da base de cálculo do IRPJ).
- multas impostas por transgressões de Leis de natureza não tributária: são indedutíveis na apuração do lucro real por não terem natureza compensatória (Lei nº 8.981/1995, Art.41, §5º). Passaram a ser indedutíveis também na apuração da base de cálculo da CSLL.
- tratamento do ágio ou deságio quando a pessoa jurídica absorver o patrimônio de outra na qual detenha participação societária (a Lei nº 9.532/1997, Arts. 7º e 8º, estabelece regras na apuração do lucro real).

Esses exemplos sugerem que a interpretação dada pela IN nº 390 baseou-se na aplicabilidade à CSLL das mesmas normas de apuração estabelecidas para o IRPJ. Dessa forma, pode-se concluir que a base de cálculo da CSLL, no entendimento da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aproxima-se do lucro real. Nos modelos a serem desenvolvidos nos tópicos seguintes, a base de cálculo da CSLL será considerada igual ao lucro real, pois os motivos expostos justificam essa simplificação.

Além da base de cálculo vinculada ao resultado contábil acrescida dos respectivos ajustes, há, também, tratamento análogo àquele dado ao contribuinte optante do lucro presumido. No caso, a opção pelo lucro presumido vincula a CSLL a uma apuração semelhante, porém com percentuais de presunção diferentes: 32%, para as atividades de: I) prestação de serviços em geral, exceto a de serviços hospitalares e de transporte; II) intermediação de negócios; III) administração, locação ou cessão de bens imóveis, móveis e direitos de qualquer natureza; IV) prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção de riscos, administração de contas a pagar e a receber, compra de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (*factoring*) e 12% para as demais atividades (vide Tabela 1 - Percentuais de presunção para apuração das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL).

A legislação do IRPJ e da CSLL convergiram para um tratamento vinculado, ou seja, ao se optar pelo lucro presumido, automaticamente, está-se optando por um tratamento análogo para a apuração da base de cálculo da CSLL. Não existe, portanto, a possibilidade de se optar pelo lucro presumido e apurar-se a base de cálculo da CSLL partindo-se do lucro contábil ou vice-versa.

Poderá optar pelo lucro presumido o contribuinte que, no ano anterior, tiver auferido receita bruta inferior a R\$ 48 milhões ou fração, na hipótese de a atividade ter se iniciado durante o ano, ou ainda aqueles que aderiram ao Programa de Recuperação Fiscal (Refis) nos termos do Art. 4º da Lei nº 9.964 de 10/04/2000.

Alguns contribuintes são obrigados a tributar suas rendas pelo regime de apuração do lucro real, sejam pelas características de suas atividades, pelas origens do rendimento ou pela condição de beneficiários de benefícios fiscais. As restrições são:

- aqueles cujas atividades sejam de bancos comerciais, de investimento, de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, corretoras de títulos e valores mobiliários, corretoras de câmbio, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, sociedades de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, seguradoras, de capitalização, de previdência privada aberta e de *factoring*;
- contribuintes que tenham auferido lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior, exceto os optantes do Refis;
- pessoas jurídicas que usufruam benefícios fiscais relativos à isenção ou redução do imposto, exceto os optantes do Refis.

Os contribuintes com essas características não farão parte deste estudo. Os contribuintes que têm a opção pelo regime de apuração do lucro presumido têm por base a receita operacional bruta da atividade e sobre ela serão aplicados os percentuais constantes da Tabela 1, para se apurar a base de cálculo do IRPJ e da CSLL segundo esse regime de apuração.

Tanto no caso do IRPJ quanto no da CSLL, deverão ser acrescidos ao resultado de cada uma das multiplicações, para se chegar ao lucro presumido e à base de cálculo da CSLL quando da opção pelo lucro presumido, os ganhos de capital, os rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras, as demais receitas e os resultados positivos decorrentes de receitas não incluídas nas hipóteses listadas, auferidos no mesmo período de apuração. Neste estudo, serão considerados apenas os rendimentos com aplicações financeiras.

3.4 Tributação das aplicações financeiras

Segundo Andrezo e Lima (2002, p.1),

Em qualquer economia, existem indivíduos e entidades que dispõem de recursos financeiros excedentes, enquanto outros demandam recursos financeiros além dos que possuem. Os mercados financeiros e de capitais consistem no conjunto de agentes e instrumentos destinados a oferecer alternativas de aplicação e captação de recursos financeiros. Dessa forma, os mercados podem exercer a importante função de otimizar a utilização de recursos financeiros, por meio da transferência desses recursos dos poupadores para os tomadores, bem como a criação de condições de liquidez e administração de riscos.

A tributação dessas “alternativas de aplicação de recursos financeiros”, doravante denominadas produtos, vem, ao longo do tempo, se adaptando às necessidades do governo no que se refere à geração de receitas tributárias relativas ao imposto de renda incidente sobre os

rendimentos gerados e ao financiamento público por intermédio de captação de recursos na emissão de títulos públicos, ou seja, considerados papéis atrativos pelos investidores. O pressuposto básico das regras de tributação dos ganhos auferidos com esses produtos é a sua classificação em renda fixa e variável.

As aplicações financeiras de renda fixa são aquelas em que o investidor tem um rendimento positivo sobre esse valor aplicado. Tal rendimento é denominado juros, pois remunera o prazo em que o valor ficou à disposição do tomador dos recursos, podendo ser pré ou pós-fixados. Pré-fixados, aqueles em que, no momento do investimento, é possível saber o valor da remuneração; pós-fixados, aqueles cujo cálculo está vinculado a um índice ou taxa que será conhecida somente no momento do resgate da aplicação.

A aplicação financeira de renda variável é aquela cuja remuneração depende de fatores relacionados ao sucesso do investimento. De maneira geral, pode-se dizer que essas aplicações financeiras são realizadas por intermédio dos seguintes títulos de renda variável: valores mobiliários (ações, bônus de subscrição); contratos bolsísticos; instrumentos financeiros (derivativos); contratos coletivos. Os investimentos em renda variável podem ser positivos ou negativos dando a esse tipo de operação a característica de “risco elevado” diferentemente da renda fixa em que os rendimentos são, geralmente, positivos.

Os ganhos auferidos em aplicações financeiras de renda fixa são, via de regra, tributados na fonte. Essa tributação é considerada: exclusiva na fonte, se o aplicador for pessoa física ou pessoa jurídica, que tenha optado pelo regime do Simples; antecipação do imposto de renda devido, no caso de pessoas jurídicas optantes pelo Lucro Presumido ou que tributem a renda pelo regime do Lucro Real. Os rendimentos não se misturam com as demais rendas da pessoa física e, no caso de pessoa jurídica não optante pelo Simples, os ganhos integrarão a base de cálculo do Lucro Presumido ou Real e serão tributados, normalmente, pelas alíquotas relativas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.

A legislação impõe à fonte pagadora o dever de calcular e reter do investidor o imposto devido e recolhê-lo aos cofres públicos. O nome que se dá a essa tributação é Imposto de Renda Retido na Fonte.

A partir de 1º de janeiro de 2005, por força da Lei nº 11.033/04, no caso de renda fixa, passou-se a adotar um regime de tributação na fonte com alíquotas regressivas em função do prazo de aplicação, ou seja, quanto maior o prazo de aplicação, menor a alíquota. Depreende-se da norma legal que se buscou incentivar as aplicações de longo prazo por intermédio de uma política de redução de impostos em função do prazo de aplicação.

As alíquotas incidentes sobre os ganhos líquidos em aplicações de renda fixa, em vigor desde a citada Lei, são: 22,5% para aplicações com prazos de até 180 dias; 20% para prazos de aplicação superiores a 181 dias e inferior ou igual a 360 dias; 17,5% para prazos de aplicação superiores a 360 dias e inferior ou igual a 720 dias e 15% para prazos de aplicação acima de 720 dias.

Em 1999, foi introduzida a tributação na fonte sobre os ganhos auferidos em operações de *day-trade* (aquelas que têm início e termo no mesmo dia). A alíquota aplicável foi de apenas 1%. Depreende-se que essa iniciativa do legislador não teve o intuito de arrecadar, mas de identificar os sujeitos passivos que operavam nesse mercado.

Com a experiência adquirida nas operações de *day-trade*, a Lei nº 11.033/04 introduziu uma nova regra de tributação de fonte nas demais operações do mercado de renda variável cuja incidência ocorre à alíquota de 0,005% sobre determinados valores de operações típicas de renda variável.

A tributação, na fonte, nos ganhos em renda variável, é tratada como antecipação do imposto devido que é calculado da seguinte forma: se for pessoa física ou pessoa jurídica optante do regime do simples, calcula-se mensalmente aplicando-se a alíquota de 15% sobre o ganho auferido nas operações e recolhe-se esse valor abatido daquilo que fora retido a título de fonte e essa tributação é considerada definitiva; se pessoa jurídica optante do Lucro Presumido ou que tribute a renda pelo regime de apuração do Lucro Real, recolhe-se na mesma forma que na pessoa física, porém essa tributação é considerada como antecipação do imposto devido. Os ganhos compõem a base de cálculo do lucro Presumido ou Real e são tributados normalmente pelas alíquotas relativas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.

Os eventuais prejuízos em renda variável poderão ser compensados integralmente nos períodos subseqüentes com os rendimentos de mesma natureza. Os prejuízos em operações

day-trade só são compensados com outras operações *day-trade*. Essas operações têm um tratamento à parte dentro da tributação de renda variável.

Tanto nos ganhos em renda fixa quanto nos de renda variável as eventuais retenções de imposto de renda na fonte ou pagamentos mensais apurados separadamente são consideradas antecipações do IRPJ no caso de optantes do lucro presumido ou sujeitos à tributação pelo lucro real. No caso de pessoa física ou jurídica optante do sistema denominado SIMPLES, os ganhos em renda fixa são tributados exclusivamente na fonte e os de renda variável são tributados mensalmente, em separado de forma definitiva.

Há, portanto, no caso de pessoas jurídicas que apuram a base do IRPJ pelo lucro real ou presumido a incidência do IRPJ, da CSLL, do PIS e da COFINS enquanto na pessoa física ou jurídica optante do simples incide apenas o imposto de renda exclusivamente na fonte.

3.5 Contribuições para o PIS e a COFINS

3.5.1 Surgimento do PIS

O PIS foi instituído no ordenamento jurídico brasileiro por intermédio da Lei Complementar nº 7, de 07/09/1970, com a finalidade de promover a integração do empregado na vida e no desenvolvimento das empresas.

O programa era executado mediante fundo de participação em que as empresas efetuavam depósitos na Caixa Econômica Federal (CEF). Tal fundo de participação era composto por duas parcelas: a primeira, mediante dedução de uma parte do imposto de renda devido, efetuando-se o depósito correspondente ao fundo juntamente com o pagamento do referido imposto; a segunda, com recursos próprios da empresa calculados com base no faturamento com as seguintes alíquotas:

Tabela 4 - Alíquotas do PIS – LC 07/1970		
Ano	Sobre a parcela do IRPJ	Sobre o faturamento
1971	2%	0,15%
1972	3%	0,25%
1973	5%	0,40%
1974 em diante	5%	0,50%

A CEF emitiria uma Carteira de Participação – PIS para cada trabalhador que poderia movimentar por ocasião de casamento, aposentadoria ou invalidez do empregado titular da conta. A pedido do interessado, o saldo dos depósitos poderia ser, também, utilizado como parte do pagamento destinado à aquisição da casa própria.

Em 12/12/1973, a Lei Complementar nº 17 incrementou a parcela destinada ao Fundo de Participação do PIS, relativa ao faturamento da empresa fazendo valer, a partir do exercício de 1976, a alíquota de 0,75%. Os recursos adicionais seriam incorporados ao Fundo de Participação, aplicando-os, preferencialmente, na concessão de financiamentos aos Estados.

A partir de 1º de janeiro de 1976 foram unificados, sob a denominação de PIS-PASEP, os fundos constituídos com os recursos do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), instituídos pelas Leis Complementares nºs 7 e 8, de 7 de setembro e de 3 de dezembro de 1970, respectivamente. Tal unificação se deu por intermédio da Lei Complementar nº 26 de 11/09/1975.

Em 29/06/1988, o Decreto-lei nº 2.445, posteriormente alterado pelo Decreto-lei nº 2.449, de 21/07/1988, alterou a alíquota do PIS para 0,65%, porém a base de cálculo passou a ser a receita operacional bruta, assim entendida como o somatório das receitas que dão origem ao lucro operacional, na forma da legislação do imposto de renda, admitidas algumas exclusões como reversões de provisões, recuperação de créditos, vendas canceladas, devoluções de mercadorias etc.

Esses decretos-lei foram editados alguns meses antes da Constituição de 1988 que estabeleceu regras específicas para incidência de contribuições. A consequência foi que, em 09/10/1995, o Senado Federal, por intermédio da Resolução nº 49, suspendeu a execução dos Decretos-leis nºs 2.445, e 2.449, por terem sido declarados inconstitucionais em decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário nº 148.754-2/210/Rio de Janeiro.

A Medida Provisória nº 1.212, de 28/11/1995, voltou a disciplinar o PIS incidente à alíquota de 0,65% sobre o faturamento entendido como sendo a receita bruta, conforme definida pela legislação do imposto de renda, proveniente da venda de bens nas operações de conta própria, do preço dos serviços prestados e do resultado auferido nas operações de conta alheia. Tal

medida provisória foi reeditada sucessivas vezes culminando com o texto da Lei nº 9.715 de 25/11/1998.

Em 27/11/1998, foi promulgada a Lei nº 9.718 que modificou a base de cálculo do PIS/Pasep a partir de 1º/02/1999, passando a ser a receita bruta entendida como a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas. Em 15/12/1998, antes da entrada em vigor da nova base de cálculo, foi promulgada a emenda constitucional que alterou o Art. 195 em que as contribuições para financiamento da seguridade social poderiam incidir sobre faturamento ou receita, com vistas a sanar a inconstitucionalidade do Decreto-lei nº 2.445.

3.5.2 Surgimento da COFINS

A COFINS nasceu como substituição de outra contribuição, o Finsocial, que surgiu com o Decreto-lei nº 1.940 de 25/05/1982, portanto, sob a égide da constituição anterior à atual. O Finsocial incidia sobre a receita bruta das vendas de mercadorias e de mercadorias e serviços, de qualquer natureza, das empresas públicas ou privadas definidas como pessoa jurídica ou a elas equiparadas pela legislação do imposto de renda à alíquota de 0,5%, com a finalidade de financiar investimentos como educação, habitação popular, saúde e amparo ao pequeno agricultor. Para as empresas que prestavam serviço, o valor era de 5% sobre o Imposto de Renda devido ou como se devido fosse.

A COFINS foi instituída pela Lei Complementar nº 70 de 30/12/1991 e tinha como fato gerador o faturamento das pessoas jurídicas definido como sendo a receita bruta decorrente da venda de mercadorias ou da prestação de serviços. Posteriormente, com a promulgação da Lei nº 9.718 em 27/11/1998, a base de cálculo da COFINS foi ampliada com o novo conceito de faturamento como a totalidade das receitas auferidas, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas. Essa lei passou a vigorar a partir de 1º/02/1999, e, nesse intervalo de tempo, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998, que acabou por dar uma nova redação à letra b do inc. I do Art. 195 da Constituição Federal em que as contribuições para financiamento da seguridade social poderiam incidir sobre faturamento ou receita.

A alíquota da COFINS, em vigor, é de 3% e incide sobre a totalidade das receitas auferidas para os contribuintes que optarem pelo regime do lucro presumido.

A COFINS e o PIS, além de outros tributos não mencionados neste trabalho, provocam a incidência em cadeia no processo produtivo que é denominada cumulatividade, ou seja, ocorre uma acumulação da cobrança desses tributos ao longo de todo o processo.

Gomes (2003), em sua dissertação de mestrado, mensurou o impacto econômico dos tributos indiretos na cadeia produtiva do aço longo produzido em aciarias brasileiras. Foram analisados os recursos consumidos em:

- materiais de uso e consumo;
- recuperação de ativos;
- insumos e produtos intermediários;
- serviços de terceiros;
- insumos importados e
- mão-de-obra e encargos.

Dessa análise, o resultado obtido foi que para cada R\$1,00 consumido na cadeia produtiva, o PIS e a COFINS cumulativos consumiam percentualmente, até 2002, os seguintes valores:

Tabela 5 - Impacto econômico do PIS e COFINS no custo da cadeia produtiva do aço longo

Itens	1	2	3	4	5	6
	Materiais de uso e consumo	Recuperação de ativos fixos	Insumos e produtos intermediários	Serviços de terceiros	Insumos importados	Mão-de-obra e encargos
PIS e COFINS	3,32%	4,20%	4,39%	3,65%	0%	0%

Com a introdução do PIS não cumulativo a partir de 2003 e da COFINS não cumulativa a partir de 2004 (a serem detalhados no item 3.5.3), os itens 1, 2 e 3 passaram a ser desonerados da incidência em cadeia, porém, passaram a incidir na importação e as alíquotas passaram de 0,65% e 3% para 1,65% e 7,6% para o PIS e a COFINS, respectivamente. As alíquotas do PIS e da COFINS aumentaram aproximadamente na mesma proporção (153,3% para o PIS e 153,8% para a COFINS).

3.5.3 PIS/Pasep e COFINS não-cumulativos

Por intermédio da exposição de motivos da Medida Provisória nº 66 de 29/08/2002, posteriormente convertida na Lei nº 10.637 de 30/12/2002, é possível verificar o intuito do legislador a respeito da proposta de não-cumulatividade relativa ao PIS. A idéia foi reestruturar a incidência das contribuições sociais sobre a receita. Gradualmente, foi instituída a cobrança em regime de valor agregado – inicialmente com o PIS/Pasep para, posteriormente, alcançar a contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS).

O modelo proposto não pôs em risco o equilíbrio das contas públicas, pois a premissa básica foi a manutenção da carga tributária relativamente ao que se arrecadava com a cobrança do PIS, conseqüentemente, a alteração implicou na redistribuição da carga tributária entre setores.

Sem prejuízo de convivência harmoniosa com a incidência não cumulativa do PIS/Pasep, foram excluídos do modelo, em vista de suas especificidades, as cooperativas, as empresas optantes pelo simples ou pelo regime de tributação do lucro presumido, as instituições financeiras e os contribuintes tributados em regime monofásico ou de substituição tributária.

A alíquota foi fixada em 1,65% incidente sobre as receitas auferidas pelas pessoas jurídicas, admitindo-se o aproveitamento de créditos vinculados à aquisição de insumos, bens para revenda, bens destinados ao ativo imobilizado, entre outras.

Em 30/10/2003, o poder executivo editou a Medida Provisória nº 135 que foi convertida na Lei nº 10.833 de 29/12/2003. Nesses instrumentos legais, foi instituída a não- cumulatividade da COFINS à semelhança da sistemática do PIS.

O fato gerador do PIS/COFINS é o faturamento mensal, que compreende a receita da venda de bens e serviços e todas as demais receitas auferidas pela sociedade, permitindo algumas deduções da base de cálculo, tais como: as vendas canceladas, os descontos incondicionais, as receitas não operacionais, dentre outras. A alíquota aplicável à base de cálculo no caso da COFINS é de 7,6% e, para o PIS, 1,65%.

A sistemática não-cumulativa do PIS/COFINS, não é aplicável a: pessoas-jurídicas que apurem o imposto de renda trimestral, com base no lucro presumido ou arbitrado;

microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo SIMPLES; sociedades imunes a impostos; operadoras de plano de saúde; securitizadoras de crédito; instituições financeiras; órgãos públicos; autarquias e fundações públicas; as receitas decorrentes dos serviços de telecomunicações, dentre outras.

Para a determinação do PIS/COFINS devem ser aplicadas as alíquotas de 1,65% (PIS) e 7,6% (COFINS) sobre a receita da venda de bens e serviços e todas as demais receitas auferidas pela sociedade. A legislação estabelece alíquotas diferentes para a receita bruta auferida pelos produtores ou importadores, no caso de:

- venda de gasolinas e suas correntes, exceto gasolina de aviação, óleo diesel e suas correntes e gás liquefeito de petróleo - GLP derivado de petróleo e de gás natural;
- venda de produtos farmacêuticos, de perfumaria, de toucador ou de higiene pessoal, nele relacionados;
- venda de máquinas e veículos classificados nos códigos 84.29, 8432.40.00, 84.32.80.00, 8433.20, 8433.30.00, 8433.40.00, 8433.5, 87.01, 87.02, 87.03, 87.04, 87.05 e 87.06;
- vendas, para comerciante atacadista ou varejista ou para consumidores, de determinadas autopeças relacionadas em Lei;
- venda dos produtos classificados nas posições 40.11 (pneus novos de borracha) e 40.13 (câmaras-de-ar de borracha);
- venda de querosene de aviação;
- venda das embalagens destinadas ao envasamento de água, refrigerante e cerveja, classificados nos códigos 22.01, 22.02 e 22.03, todos da TIPI;
- venda de água, refrigerante, cerveja e preparações compostas classificados nos códigos 22.01, 22.02, 22.03 e 2106.90.10 ex 02, todos da TIPI;
- venda de papel imune a impostos de que trata o Art. 150, inciso VI, alínea d, da Constituição Federal, quando destinado à impressão de periódicos;
- a receita bruta decorrente da venda de produtos químicos e farmacêuticos, classificados nos Capítulos 29 e 30, sobre produtos destinados ao uso em hospitais, clínicas e consultórios médicos e odontológicos, campanhas de saúde realizadas pelo Poder Público, laboratório de anatomia patológica, citológica ou de análises clínicas, classificados nas posições 30.02, 30.06, 39.26, 40.15 e 90.18, e sobre sêmens e embriões da posição 05.11, todos da TIPI;
- a receita de venda de livros técnicos e científicos;

- a receita bruta auferida por pessoa jurídica industrial estabelecida na Zona Franca de Manaus, decorrente da venda de produção própria, consoante projeto aprovado pelo Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

As empresas que se enquadram nas condições descritas têm tratamento diferenciado e não fazem parte do presente estudo.

A pessoa jurídica que apurar os valores de PIS/COFINS aplicando as respectivas alíquotas sobre a base de cálculo poderá descontar créditos calculados em relação a:

- bens adquiridos para revenda, exceto álcool para fins carburantes e aqueles em relação aos quais as contribuições sejam exigidas da empresa vendedora, na condição de substituta tributária além da lista do parágrafo anterior;
- bens e serviços, utilizados como insumo na prestação de serviços e na produção ou fabricação de bens ou produtos destinados à venda, inclusive combustíveis e lubrificantes, exceto em relação ao pagamento devido pelo fabricante ou importador, ao concessionário, pela intermediação ou entrega dos veículos classificados nas posições 87.03 e 87.04 da TIPI;
- energia elétrica e energia térmica, inclusive sob a forma de vapor, consumidas nos estabelecimentos da pessoa jurídica;
- aluguéis de prédios, máquinas e equipamentos, pagos a pessoa jurídica, utilizados nas atividades da empresa;
- valor das contraprestações de operações de arrendamento mercantil de pessoa jurídica, exceto de optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES;
- máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado, adquiridos ou fabricados para locação a terceiros, ou para utilização na produção de bens destinados à venda ou na prestação de serviços;
- edificações e benfeitorias em imóveis próprios ou de terceiros, utilizados nas atividades da empresa;
- bens recebidos em devolução cuja receita de venda tenha integrado faturamento do mês ou de mês anterior, e tributada conforme o disposto nesta lei;

- armazenagem de mercadoria e frete na operação de venda, nos casos dos incisos I e II, quando o ônus for suportado pelo vendedor.

A regra de apuração dos créditos é a aplicação das alíquotas de 7,6% (COFINS) e 1,65% (PIS) sobre os valores adquiridos, incorridos ou devolvidos relacionados no parágrafo anterior, desde que os bens e serviços tenham sido adquiridos de pessoa jurídica domiciliada no país, os custos e despesas incorridos, tenham sido pagos ou creditados a pessoa jurídica domiciliada no país. O legislador contemplou a hipótese de que se o crédito não for aproveitado em determinado mês, poderá sê-lo nos meses subsequentes.

Se pessoa jurídica sujeitar-se à incidência não-cumulativa do PIS e da COFINS, em relação apenas à parte de suas receitas, o crédito será apurado, exclusivamente, em relação aos custos, despesas e encargos vinculados a essas receitas. Nesse caso, os custos, despesas e encargos vinculados às citadas receitas e àquelas submetidas ao regime de incidência cumulativa dessa contribuição, o crédito será determinado, a critério da pessoa jurídica, pelo método de:

- apropriação direta, inclusive em relação aos custos, por meio de sistema de contabilidade de custos integrada e coordenada com a escrituração ou
- rateio proporcional, aplicando-se aos custos, despesas e encargos comuns a relação percentual existente entre a receita bruta sujeita à incidência não-cumulativa e a receita bruta total, auferidas em cada mês.

O método escolhido deverá ser aplicado, consistentemente, por todo o ano-calendário e, igualmente, adotado na apuração do crédito relativo às duas contribuições não-cumulativas.

O contribuinte terá a opção de calcular o crédito relativo à aquisição de máquinas e equipamentos destinados ao ativo imobilizado, no prazo de 4 anos, mediante a aplicação, a cada mês, das alíquotas relativas ao PIS e à COFINS sobre o valor correspondente a 1/48 (um quarenta e oito avos) do valor de aquisição do bem. O prazo de depreciação de máquinas e equipamentos estabelecido pela legislação do IRPJ é, via de regra, de 10 anos, salvo algumas exceções como máquinas e aparelhos para obras públicas, construção civil ou trabalhos semelhantes, alguns tratores, veículos automóveis para transporte de 10 pessoas ou mais, incluindo o motorista, cujo prazo é de 4 anos. Ao se exercer a opção de cálculo dos créditos relativos à aquisição de máquinas e equipamentos destinados ao ativo imobilizado, nesse prazo menor (4 anos), haverá um descompasso entre a depreciação para efeito de apuração do

lucro real e dos créditos relativos a PIS e COFINS não-cumulativas que demandará controle em separado da depreciação.

Da divergência na metodologia de cálculo de depreciação para efeito de cálculo do lucro real e dos créditos de PIS e COFINS decorre que os valores que servem de base para cálculos dos créditos dessas contribuições não estão, necessariamente, contidos em sua totalidade nos custos e despesas que servem de base para cálculo do lucro real.

Há, ainda, na legislação dessas contribuições algumas situações em que os créditos são calculados de forma diferente, por exemplo, no caso de empresa de serviço de transporte rodoviário de carga que subcontratar serviço de transporte de carga prestado por pessoa física ou pessoa jurídica optante do simples, o crédito presumido será calculado aplicando-se 75% das respectivas alíquotas sobre o valor do serviço em questão. Situações como essa estão excluídas do presente estudo, bem como todas aquelas que não sejam pura e simplesmente a aplicação das alíquotas das contribuições sobre parte dos custos e despesas utilizados para cálculo do lucro real.

Outros tributos são denominados não-cumulativos como o ICMS e o IPI. A sistemática de apuração do valor a pagar desses tributos leva em conta os valores efetivamente destacados nos respectivos documentos fiscais a título de ICMS e/ou IPI e tais valores são abatidos daquele calculado sobre a venda do produto final. Os valores de PIS/COFINS não são destacados nos documentos fiscais de venda, pois eles não incidem somente sobre o faturamento, mas, sim, sobre a receita bruta, admitidas algumas exclusões. Dessa forma, o legislador utilizou outra sistemática de não-cumulatividade dando ao contribuinte o direito a um crédito presumido/prêmio de PIS/COFINS.

A legislação fiscal define que os créditos apurados não constituem receita bruta da pessoa jurídica, servindo somente para dedução do valor devido da contribuição. Esse dispositivo impõe a utilização de uma conta credora dentre as contas de resultado que não seja de receita. Nessas condições, resta apenas um estorno de despesa ou custo. Para ilustrar, vejam-se alguns exemplos de contabilização:

Exemplo 1: CRÉDITO NA AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Valor das compras do mês (sem IPI): R\$ 100.000,00

Crédito do PIS R\$ 100.000,00 x 1,65% = R\$ 1.650,00

Crédito da COFINS R\$ 100.000,00 x 7,6% = R\$ 7.600,00

D - PIS a recuperar (ativo circulante)

C - custo da mercadoria vendida ou estoques (conta de resultado ou ativo circulante) R\$ 1.650,00

D - COFINS a recuperar (ativo circulante)

C - Custo da mercadoria vendida ou estoques¹ (conta de resultado ou ativo circulante) R\$ 7.600,00

Exemplo 2: CRÉDITO DE DEPRECIAÇÃO

Depreciação no mês R\$ 5.000,00

Crédito do PIS R\$ 5.000,00 x 1,65% = R\$ 82,50

Crédito da COFINS R\$ 5.000,00 x 7,6% = R\$ 380,00

D - PIS a recuperar (ativo circulante)

C - Custo dos produtos vendidos² (conta de resultado) R\$ 82,50

D - COFINS a recuperar (ativo circulante)

C - Custo dos produtos vendidos (conta de resultado) R\$ 380,50

Exemplo 3: CRÉDITO DE ENERGIA ELÉTRICA E OUTRAS DESPESAS

Energia elétrica no mês R\$ 3.500,00

Crédito do PIS R\$ 3.500,00 x 1,65% = R\$ 57,75

Crédito da COFINS R\$ 3.500,00 x 7,6% = R\$ 266,00

D - PIS a recuperar (ativo circulante)

C - PIS crédito de energia elétrica³ (conta de resultado) R\$ 57,75

D - COFINS a recuperar (ativo circulante)

C - COFINS crédito de energia elétrica¹ (conta de resultado) R\$ 266,00

¹ Se as mercadorias correspondentes estiverem em estoque, deve-se creditar a respectiva conta de estoques ou, proporcionalmente, caso parte das mercadorias tenha sido vendida e parte ficou mantida em estoques.

² Lançamento no caso de depreciação relativa a custos de produção. Se a depreciação se referir a despesas gerais, lança-se a crédito de uma específica de redução de despesas administrativas ("PIS crédito de depreciações" ou semelhante).

³ Essas contas são redutoras de custos ou despesas.

Ao final, apuram-se os débitos relativos ao PIS e COFINS incidentes sobre a receita bruta que caracterizam despesas dedutíveis do IRPJ e da CSLL e as contrapartidas serão escrituradas no passivo circulante (PIS a recolher e COFINS a Recolher). Concomitantemente, transferem-se para cada uma dessas contas os respectivos créditos de PIS e COFINS reduzindo-se o valor a pagar. Pode ocorrer de os créditos serem superiores aos débitos. Nessa hipótese as contas serão do ativo circulante (PIS a recuperar e COFINS a recuperar), visto que a legislação contempla esta possibilidade.

A título informativo e apenas com o intuito de situar o presente trabalho no contexto da arrecadação tributária, os valores arrecadados com esses quatro tributos, no período de 2000 a 2007, foram:

Tabela 6 - Valores arrecadados pela União com IRPJ, CSLL, COFINS e PIS no período de 2000 a 2007

Ano	IRPJ		CSLL	
	Lucro presum.	Lucro real	Lucro presum.	Lucro real
2000	2.834.370.597	10.450.249.093	1.528.535.531	5.385.083.778
2001	3.699.260.135	10.319.431.532	1.868.031.422	5.751.207.799
2002	4.275.928.833	14.778.275.449	2.133.212.965	7.493.858.448
2003	5.327.852.408	21.543.590.835	2.775.062.604	10.012.289.139
2004	6.531.366.887	24.875.944.920	4.184.212.117	11.444.619.870
2005	7.940.546.411	34.375.370.788	4.863.337.929	15.206.821.238
2006	8.891.318.102	38.501.922.889	5.361.764.654	16.575.429.272
2007	10.669.942.718	49.288.044.977	6.301.820.171	21.601.045.937

Ano	COFINS		PIS	
	Cumulativa	Não-cumulativa	Cumulativa	Não-cumulativa
2000	33.671.588.060	-	7.215.953.227	-
2001	39.588.480.151	-	8.766.773.471	-
2002	38.274.108.843	-	8.491.550.555	-
2003	43.359.989.292	-	7.512.196.318	4.141.982.112
2004	25.656.334.296	21.858.854.131	4.357.149.486	6.379.741.915
2005	20.838.872.309	31.302.062.114	4.262.356.036	6.998.688.834
2006	21.109.444.513	33.935.202.864	4.511.662.348	7.472.802.907
2007	23.817.401.336	37.491.400.140	5.179.339.905	8.147.502.319

Nos valores de PIS e COFINS não estão inseridos aqueles arrecadados nas operações de importação e com combustíveis que possuem um regramento diferenciado.

4 DESENVOLVIMENTO DO MODELO DE DECISÃO

O Decreto-lei nº 5.844/1943 previa que o lucro presumido seria calculado à razão de 8% sobre a receita bruta. Como naquela época a decisão em se optar pelo lucro presumido dependia da análise de um único tributo (IRPJ) a alíquota vigente não interferia no resultado, bastava ao contribuinte comparar o lucro real com o lucro presumido e, dentre eles, escolher o menor. A análise era: se R fossem as receitas tributáveis da pessoa jurídica, D fossem as despesas dedutíveis e p_i o percentual de presunção do IRPJ, poder-se-ia formular a questão da seguinte forma:

$$\text{Lucro Real} = R - D$$

$$\text{Lucro Presumido} = p_i \times R$$

$$\text{Se Lucro Real} = \text{Lucro Presumido} ,$$

$$R - D = p_i \times R \therefore R = \frac{1}{1 - p_i} \times D, \text{ como } p_i = 8\%, \text{ então}$$

$$R = 1,08696 \times D$$

A fórmula encontrada estabeleceria a região do plano cartesiano formado por receitas nas ordenadas e despesas nas abscissas em que o lucro presumido seria igual ao lucro real, ou seja, a região em que ao se optar por uma ou outra forma de apuração seria indiferente ao contribuinte. Graficamente, ter-se-ia a seguinte situação:

Gráfico 3 - Fronteira em que os lucros presumido e real são iguais e a presunção é de 8% sobre as receitas

Após o surgimento da CSLL e antes do PIS e da COFINS não cumulativos e admitindo-se que a base de cálculo da CSLL é praticamente igual ao lucro real, o contribuinte tinha de decidir não mais comparando bases de cálculo, mas, sim, o valor dos tributos segundo cada regime de apuração.

Desde o ano de 1996, a alíquota do IRPJ é igual a 15% sobre o lucro real, presumido ou arbitrado, sendo que a parcela do lucro apurado por qualquer dos regimes de apuração que exceder o valor resultante da multiplicação de R\$ 20.000 pelo número de meses do respectivo período, sujeita-se à incidência de adicional de imposto à alíquota de 10%. A CSLL, por sua vez, desde o ano 2000, incide à alíquota de 9% sobre a base de cálculo que, no modelo em questão, será considerada igual ao lucro real.

Veja-se como seria a formulação analítica: partindo-se da mesma nomenclatura anterior e acrescentando-se p_c ao percentual de presunção para apuração da base de cálculo da CSLL que, em 1996 era, para qualquer ramo de atividade, igual a 12%, e T_p e T_r a soma do IRPJ e CSLL devidos para os regimes de apuração dos lucros presumido e real, respectivamente, ter-se-ia:

Lembrando que num trimestre :

Alíquota IRPJ = 15%

Adicional IRPJ = 10% sobre o que exceder R\$ 60.000

Alíquota CSLL = 9%

No caso de Lucro Real e Lucro Presumido $\geq R\$ 60.000 / trimestre$

$$T_r = 15\% \times 60.000 + 25\% \times (R - D - 60.000) + 9\%(R - D)$$

$$T_r = -6.000 + 34\% \times (R - D)$$

$$T_p = 15\% \times 60.000 + 25\% \times (p_i \times R - 60.000) + 9\% \times p_c \times R$$

$$T_p = -6.000 + (25\% \times p_i + 9\% \times p_c) \times R$$

Se $T_r = T_p$, Ter-se-á

$$-6.000 + 34\% \times (R - D) = -6.000 + (25\% \times p_i + 9\% \times p_c) \times R$$

$$\therefore R = \frac{34\%}{34\% - 25\% \times p_i - 9\% \times p_c} \times D$$

Como $p_i = 8\%$ e $p_c = 12\%$ (regras gerais),

$$R = 1,09961 \times D$$

Nessa análise, considerou-se que tanto o lucro real quanto o lucro presumido são superiores a R\$ 60.000 por trimestre. Comparando-se com a situação anterior, o coeficiente angular da reta teve um ligeiro aumento o que significa que determinados contribuintes que antes optariam pelo lucro presumido por estarem bem próximo à fronteira, porém na parte superior, levando em consideração a CSLL passariam a se manter no lucro real. Graficamente, as duas retas ficariam da seguinte forma:

Gráfico 4 - Fronteiras no plano de receitas e despesas em que $T_r = T_p$ com e sem CSLL, sendo $p_i = 8\%$, $p_c = 12\%$ e LR e LP > 60.000/trimestre

A partir da incidência do PIS e COFINS não-cumulativos, a decisão de se optar ou não pelo lucro presumido tornou-se mais complexa, pois as seguintes variáveis passaram a interferir:

- a opção pelo lucro presumido impõe o regime cumulativo tanto na apuração do PIS quanto da COFINS;
- as alíquotas e bases de cálculo dos regimes cumulativos e não-cumulativos são diferentes;
- no lucro real o PIS e a COFINS são dedutíveis da base de cálculo;
- no regime não-cumulativo, há a possibilidade de se apurarem créditos presumidos de PIS e COFINS;
- a depreciação de determinados bens pode gerar créditos de PIS e COFINS, porém os prazos de depreciação da legislação específica permite depreciar em períodos diferentes dos da legislação do IRPJ;
- receitas financeiras são tributadas pelo PIS e COFINS no regime cumulativo, porém a alíquota é zero no regime não-cumulativo.

Pressupõe-se que a pessoa jurídica deva desenvolver ou contratar os serviços de contabilidade independentemente da opção que vier a ser feita, pois, caso contrário, não haverá condições de se avaliarem, corretamente, as decisões a serem tomadas nos exercícios seguintes. Nesse contexto, as despesas inerentes a essa atividade existirão e serão as mesmas tanto num quanto noutro regime de tributação o que dispensa qualquer análise sobre a interferência delas na tomada de decisão.

Na formulação, conforme já relatado ao longo do texto, serão adotadas as seguintes premissas:

- despesas inerentes à atividade contábil iguais tanto num quanto noutro regime;
- base de cálculo da CSLL é igual ao lucro real;
- serão consideradas as situações em que os créditos de PIS e COFINS são calculados aplicando-se as alíquotas de 1,65% e 7,6% aos valores adquiridos, incorridos ou devolvidos;
- serão consideradas empresas que se enquadrem em apenas uma das atividades estabelecidas pela legislação do lucro presumido e reproduzida na Tabela 1, ou seja, não serão analisados os casos de empresas que exerçam mescla de duas ou mais atividades;
- a base de cálculo do lucro presumido será calculada como sendo a soma de duas parcelas: percentuais de presunção multiplicados pelas receitas operacionais e as receitas financeiras.

Para desenvolver toda a formulação que busca subsidiar a tomada decisão por um dos dois regimes de apuração será estabelecida a seguinte nomenclatura:

R = todas as receitas tributáveis conforme a legislação do IRPJ, inclusive as receitas financeiras;

R_f = receitas financeiras;

D = todas as despesas dedutíveis conforme legislação do IRPJ, exceto as despesas de PIS e COFINS;

I = alíquota do IRPJ;

I_a = adicional da alíquota do IRPJ;

C = alíquota da CSLL;

Cp_r = soma das alíquotas da COFINS e do PIS no regime não-cumulativo (lucro real);

Cp_p = soma das alíquotas da COFINS e do PIS no regime cumulativo (lucro presumido);

T_r = soma dos valores de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL devidos, pelo regime de apuração do lucro real;

T_p = soma dos valores de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL devidos, pelo regime de apuração do lucro presumido;

C = total das despesas que dão direito a crédito de PIS e COFINS;

P_i = percentual de presunção do IRPJ;

P_c = percentual de presunção da CSLL;

$\beta = \frac{R_f}{R}$, ou seja, é a proporção entre as receitas financeiras com relação às receitas totais⁴.

Serão consideradas as seguintes alíquotas para:

- o
IRPJ = 15% + 10% relativos ao adicional incidente sobre a renda que ultrapassar R\$ 60.000 no trimestre;
- a
CSLL = 9%;
- o
PIS = 0,65% (cumulativo) e 1,65% (não-cumulativo);
- a
COFINS = 3% (cumulativo) e 7,6% (não-cumulativo).

Serão consideradas as empresas que possam optar pelo lucro presumido, dessa forma, aquelas empresas obrigadas ao lucro real não fazem parte do presente estudo. Sendo assim, será considerado o limite de R\$ 48.000.000 para a receita bruta anual o que, admitindo-se que ela seja distribuída de forma proporcional ao longo do ano, representa R\$ 12.000.000 por trimestre.

O contribuinte responsável por decidir em optar ou não pelo lucro presumido deverá fazê-lo no mês de fevereiro, pois, nesse mês, ele recolherá a estimativa relativa ao mês de janeiro, na hipótese de o regime de apuração ser o lucro real, fato que o impossibilitará de optar pelo

⁴ A variável β foi inserida para se trabalhar com as receitas financeiras como sendo uma parcela das receitas totais para que o modelo possa ser desenvolvido em valores relativos e não absolutos.

lucro presumido. Nessas condições, a decisão deverá se basear em projeção de valores de receitas, inclusive as financeiras, e despesas inclusive aquelas que virão a dar direito a crédito de PIS e COFINS. É um exercício de planejamento orçamentário e tributário.

A progressividade do IRPJ impõe alíquota adicional quando a renda ultrapassar R\$ 60.000 por trimestre, seja ela apurada pelo lucro real ou pelo lucro presumido. Isso significa que o tributo a ser pago quando a renda ultrapassar esse limite é proporcionalmente maior. Portanto, a formulação a ser desenvolvida adiante levará em consideração a combinação das hipóteses de lucro real maior ou menor do que R\$ 60.000 com as hipóteses de lucro presumido maior ou menor do que R\$ 60.000. Essa combinação de hipóteses pode ser representada, graficamente, da seguinte forma:

Gráfico 5 - Regiões das receitas e despesas em que os lucros real e presumido são maiores ou menores do que R\$ 60.000

4.1 Formulação do regime de tributação pelo lucro real

No lucro real incidem: o IRPJ com alíquota de 15%, adicional de 10% sobre o excedente a R\$ 60.000 por trimestre e o lucro real é calculado como a diferença entre receitas e o somatório

de despesas, PIS e COFINS; a CSLL à alíquota de 9% sobre o mesmo lucro real; o PIS e a COFINS cujas alíquotas são de 1,65% e 7,6% incidem sobre as receitas reduzidas das receitas financeiras e dos créditos.

4.1.1 Lucro real trimestral $\leq$ R\$ 60.000

$$T_r = (i + c) \cdot [R - D - cp_r \cdot (R - R_f - C)] + cp_r \cdot (R - R_f - C)$$

$$T_r = (15\% + 9\%) \cdot [R - D - (1,65\% + 7,6\%) \cdot (R - R_f - C)] + (1,65\% + 7,6\%) \cdot (R - R_f - C)$$

$$\text{como } \beta = \frac{R_f}{R} \Rightarrow R_f = \beta R$$

$$T_r = 21,78\%R - 24\%D + 2,22\%\beta R + 2,22\%C + 9,25\%R - 9,25\%\beta R - 9,25\%C$$

$$T_r = (31,03\% - 7,03\%\beta)R - 24\%D - 7,03\%C$$

4.1.2 Lucro real trimestral $>$ R\$ 60.000

$$T_r = i \cdot 60.000 + (i + i_a) \cdot [R - D - cp_r \cdot (R - R_f - C) - 60.000] +$$

$$+ c \cdot [R - D - cp_r \cdot (R - R_f - C)] + cp_r \cdot (R - R_f - C)$$

$$T_r = 15\% \cdot 60.000 + 25\% \cdot [R - D - (1,65\% + 7,6\%) \cdot (R - R_f - C) - 60.000] +$$

$$+ 9\% \cdot [R - D - (1,65\% + 7,6\%) \cdot (R - R_f - C)] + (1,65\% + 7,6\%) \cdot (R - R_f - C)$$

$$\text{como } \beta = \frac{R_f}{R} \Rightarrow R_f = \beta R$$

$$T_r = 9.000 - 15.000 + 25\%R - 2,3125\%R - 25\%D + 2,3125\%\beta R + 2,3125\%C +$$

$$+ 9\%R - 0,8325\%R - 9\%D + 0,8325\%\beta R + 0,8325\%C + 9,25\%R - 9,25\%\beta R - 9,25\%C$$

$$T_r = -6.000 + (40,105\% - 6,105\%\beta)R - 34\%D - 6,105\%C$$

4.2 Formulação do regime de tributação pelo lucro presumido

No lucro presumido incidem: o IRPJ com alíquota de 15% com adicional de 10% sobre o excedente a R\$60.000 por trimestre sendo que a base de cálculo é o produto do percentual de presunção do IRPJ pelas receitas e o resultado é acrescido das receitas financeiras; a CSLL com alíquota de 9% sendo que a base de cálculo é o produto do percentual de presunção da CSLL pelas receitas e o resultado é acrescido das receitas financeiras; o PIS e a COFINS calculadas pelas alíquotas de 0,65% e 3,0% multiplicadas pela totalidade das receitas, inclusive as financeiras.

4.2.1 Lucro presumido $\leq$ R\$ 60.000

$$T_p = i \cdot [p_i(R - R_f) + R_f] + c \cdot [p_c(R - R_f) + R_f] + cp_p \cdot R$$

$$T_p = 15\% \cdot [p_i(R - R_f) + R_f] + 9\% \cdot [p_c(R - R_f) + R_f] + (3\% + 0,65\%)R$$

$$T_p = (15\%p_i + 9\%p_c + 3,65\%)R + [(1 - p_i)15\% + (1 - p_c)9\%]R_f$$

$$\text{como } R_f = \beta \times R$$

$$T_p = (15\%p_i + 9\%p_c + 3,65\%)R + [(1 - p_i)15\% + (1 - p_c)9\%]\beta R$$

$$T_p = \{15\%p_i + 9\%p_c + 3,65\% + [(1 - p_i)15\% + (1 - p_c)9\%]\beta\}R$$

$$T_p = [15\%(1 - \beta)p_i + 9\%(1 - \beta)p_c + 3,65\% + 24\%\beta]R$$

4.2.2 Lucro presumido $>$ R\$ 60.000

$$T_p = i \cdot 60.000 + (i + i_a) \cdot [p_i(R - R_f) + R_f - 60.000] + c \cdot [p_c(R - R_f) + R_f] + cp_p \cdot R$$

$$T_p = 15\% \cdot 60.000 + 25\% \cdot [p_i(R - R_f) + R_f - 60.000] + 9\% \cdot [p_c(R - R_f) + R_f] + (3\% + 0,65\%)R$$

$$T_p = 9.000 - 15.000 + (25\%p_i + 9\%p_c + 3,65\%)R + [25\%(1 - p_i) + 9\%(1 - p_c)]R_f$$

$$\text{como } R_f = \beta \times R$$

$$T_p = -6.000 + (25\%p_i + 9\%p_c + 3,65\%)R + [25\%(1 - p_i) + 9\%(1 - p_c)]\beta R$$

$$T_p = -6.000 + [25\%(1 - \beta)p_i + 9\%(1 - \beta)p_c + 3,65 + 34\%\beta]R$$

4.3 Confronto entre as fórmulas

4.3.1 Lucro real trimestral $\leq$ R\$ 60.000 e lucro presumido $\leq$ R\$ 60.000

$$T_r = (31,03\% - 7,03\%\beta)R - 24\%D - 7,03\%C$$

$$T_p = [15\%(1 - \beta)p_i + 9\%(1 - \beta)p_c + 3,65\% + 24\%\beta]R$$

Se $T_r = T_p$, então :

$$(31,03\% - 7,03\%\beta)R - 24\%D - 7,03\%C = [15\%(1 - \beta)p_i + 9\%(1 - \beta)p_c + 3,65\% + 24\%\beta]R$$

$$\{31,03\% - 7,03\%\beta - [15\%(1 - \beta)p_i + 9\%(1 - \beta)p_c + 3,65\% + 24\%\beta]\}R = 24\%D + 7,03\%C$$

$$R = \frac{24\%D + 7,03\%C}{27,38\% - [15\%(1 - \beta)p_i + 9\%(1 - \beta)p_c + 31,03\%\beta]}$$

4.3.2 Lucro real trimestral $\leq$ R\$ 60.000 e lucro presumido $>$ R\$ 60.000

$$T_r = (31,03\% - 7,03\%\beta)R - 24\%D - 7,03\%C$$

$$T_p = -6.000 + [25\%(1-\beta)p_i + 9\%(1-\beta)p_c + 3,65 + 34\%\beta]R$$

Se $T_r = T_p$, então:

$$(31,03\% - 7,03\%\beta)R - 24\%D - 7,03\%C = -6.000 + [25\%(1-\beta)p_i + 9\%(1-\beta)p_c + 3,65 + 34\%\beta]R$$

$$\{31,03\% - 7,03\%\beta - [25\%(1-\beta)p_i + 9\%(1-\beta)p_c + 3,65 + 34\%\beta]\}R = -6.000 + 24\%D + 7,03\%C$$

$$R = \frac{-6.000 + 24\%D + 7,03\%C}{27,38\% - [25\%(1-\beta)p_i + 9\%(1-\beta)p_c + 41,03\%\beta]}$$

4.3.3 Lucro real trimestral $>$ R\$ 60.000 e lucro presumido $\leq$ R\$ 60.000

$$T_r = -6.000 + (40,105\% - 6,105\%\beta)R - 34\%D - 6,105\%C$$

$$T_p = [15\%(1-\beta)p_i + 9\%(1-\beta)p_c + 3,65\% + 24\%\beta]R$$

Se $T_r = T_p$, então:

$$-6.000 + (40,105\% - 6,105\%\beta)R - 34\%D - 6,105\%C = [15\%(1-\beta)p_i + 9\%(1-\beta)p_c + 3,65\% + 24\%\beta]R$$

$$\{40,105\% - 6,105\%\beta - [15\%(1-\beta)p_i + 9\%(1-\beta)p_c + 3,65\% + 24\%\beta]\}R = 6.000 + 34\%D + 6,105\%C$$

$$R = \frac{6.000 + 34\%D + 6,105\%C}{36,455\% - [15\%(1-\beta)p_i + 9\%(1-\beta)p_c + 30,105\%\beta]}$$

4.3.4 Lucro real trimestral $>$ R\$ 60.000 e lucro presumido $>$ R\$ 60.000

$$T_r = -6.000 + (40,105\%R - 6,105\%\beta)R - 34\%D - 6,105\%C$$

$$T_p = -6.000 + [25\%(1-\beta)p_i + 9\%(1-\beta)p_c + 3,65 + 34\%\beta]R$$

Se $T_r = T_p$, então:

$$(40,105\%R - 6,105\%\beta)R - 34\%D - 6,105\%C = [25\%(1-\beta)p_i + 9\%(1-\beta)p_c + 3,65 + 34\%\beta]R$$

$$\{40,105\% - 6,105\%\beta - [25\%(1-\beta)p_i + 9\%(1-\beta)p_c + 3,65 + 34\%\beta]\}R = 34\%D + 6,105\%C$$

$$R = \frac{34\%D + 6,105\%C}{36,455\% - [25\%(1-\beta)p_i + 9\%(1-\beta)p_c + 40,105\%\beta]}$$

5 APLICAÇÃO DO MODELO POR SETOR

As quatro fórmulas obtidas no tópico anterior levam em conta as alíquotas vigentes ao longo do ano de 2007 para o IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, porém tratam os percentuais de presunção de forma analítica.

A Tabela 1 apresenta os percentuais de presunção que serão utilizados nessa análise, ou seja, aqueles vigentes no ano de 2007, porém esse exercício deve ser feito na hipótese de Lei que venha alterar os percentuais de presunção.

Da maneira como as fórmulas estão desenvolvidas, além dos percentuais de presunção que se aplicam caso a caso por setor, existem três variáveis independentes (D , C e β) e uma variável dependente (R) que identificam a fronteira em que a tributação pelo lucro presumido é igual ao lucro real.

O valor de β já foi definido como a proporção das receitas financeiras com relação à receita total, variando, portanto, no intervalo de 0 a 1. Quanto ao valor de C , nesse tópico será feita uma simplificação apenas para facilitar as análises seguintes: serão consideradas apenas as situações em que o cálculo dos créditos seja a mera aplicação das alíquotas sobre um valor contido no rol de custos e despesas representados por “D”, assim basta calcular $C = \alpha D$ em que α é um número entre 0 e 1 à semelhança de β e pode ser estimado com base, por exemplo, nos dados do ano anterior.

Os setores serão subdivididos em: regra geral (setor I); revenda, para consumo, de combustível derivado de petróleo, álcool e gás natural (setor II); prestação de serviço de transporte, exceto o de carga (setor III) e prestação de serviços em geral exceto serviços hospitalares; intermediação de negócios; administração, locação ou cessão de bens, imóveis, móveis e direitos de qualquer natureza (setor IV).

5.1 Setor I: Regra geral

Nessa hipótese, os percentuais de presunção em vigor são: $p_i = 8\%$ e $p_c = 12\%$, portanto, substituindo-se esses valores em cada uma das 4 fórmulas, ter-se-á:

Lucro Real ≤ 60.000 e *Lucro Presumido* ≤ 60.000

$$R = \frac{(24\% + 7,03\%\alpha)D}{25,10\% - 28,750\%\beta}$$

Lucro Real ≤ 60.000 e *Lucro Presumido* > 60.000

$$R = \frac{-6.000 + (24\% + 7,03\%\alpha)D}{24,30\% - 37,950\%\beta}$$

Lucro Real > 60.000 e *Lucro Presumido* ≤ 60.000

$$R = \frac{6.000 + (34\% + 6,105\%\alpha)D}{34,175\% - 27,825\%\beta}$$

Lucro Real > 60.000 e *Lucro Presumido* > 60.000

$$R = \frac{(34\% + 6,105\%\alpha)D}{33,375\% - 37,025\%\beta}$$

5.2 Setor II: Revenda, para consumo, de combustível derivado de petróleo, álcool e gás natural

Nessa hipótese, os percentuais de presunção em vigor são: $p_i = 1,6\%$ e $p_c = 12\%$, portanto, substituindo-se esses valores em cada uma das 4 fórmulas, ter-se-á:

Lucro Real ≤ 60.000 e *Lucro Presumido* ≤ 60.000

$$R = \frac{(24\% + 7,03\%\alpha)D}{26,06\% - 29,710\%\beta}$$

Lucro Real ≤ 60.000 e *Lucro Presumido* > 60.000

$$R = \frac{-6.000 + (24\% + 7,03\%\alpha)D}{25,90\% - 39,550\%\beta}$$

Lucro Real > 60.000 e *Lucro Presumido* ≤ 60.000

$$R = \frac{6.000 + (34\% + 6,105\%\alpha)D}{35,135\% - 28,785\%\beta}$$

Lucro Real > 60.000 e *Lucro Presumido* > 60.000

$$R = \frac{(34\% + 6,105\%\alpha)D}{34,975\% - 38,625\%\beta}$$

5.3 Setor III: Prestação de serviço de transporte, exceto o de carga

Nessa hipótese, os percentuais de presunção em vigor são: $p_i = 16\%$ e $p_c = 12\%$, portanto, substituindo-se esses valores em cada uma das 4 fórmulas, ter-se-á:

$$Lucro Real \leq 60.000 \text{ e } Lucro Presumido \leq 60.000$$

$$R = \frac{(24\% + 7,03\%\alpha)D}{23,90\% - 27,550\%\beta}$$

$$Lucro Real \leq 60.000 \text{ e } Lucro Presumido > 60.000$$

$$R = \frac{-6.000 + (24\% + 7,03\%\alpha)D}{22,30\% - 35,950\%\beta}$$

$$Lucro Real > 60.000 \text{ e } Lucro Presumido \leq 60.000$$

$$R = \frac{6.000 + (34\% + 6,105\%\alpha)D}{32,975\% - 26,625\%\beta}$$

$$Lucro Real > 60.000 \text{ e } Lucro Presumido > 60.000$$

$$R = \frac{(34\% + 6,105\%\alpha)D}{31,375\% - 35,025\%\beta}$$

5.4 Setor IV: Prestação de serviços em geral exceto serviços hospitalares; intermediação de negócios e administração, locação ou cessão de bens, imóveis, móveis e direitos de qualquer natureza

Nessa hipótese, os percentuais de presunção em vigor são: $p_i = 32\%$ e $p_c = 32\%$, portanto, substituindo-se esses valores em cada uma das 4 fórmulas, ter-se-á:

$$Lucro Real \leq 60.000 \text{ e } Lucro Presumido \leq 60.000$$

$$R = \frac{(24\% + 7,03\%\alpha)D}{19,7\% - 23,350\%\beta}$$

$$Lucro Real \leq 60.000 \text{ e } Lucro Presumido > 60.000$$

$$R = \frac{-6.000 + (24\% + 7,03\%\alpha)D}{16,5\% - 30,150\%\beta}$$

$$Lucro Real > 60.000 \text{ e } Lucro Presumido \leq 60.000$$

$$R = \frac{6.000 + (34\% + 6,105\%\alpha)D}{28,775\% - 22,425\%\beta}$$

$$Lucro Real > 60.000 \text{ e } Lucro Presumido > 60.000$$

$$R = \frac{(34\% + 6,105\%\alpha)D}{25,575\% - 29,225\%\beta}$$

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A formulação engloba todas as regiões possíveis do plano cartesiano composto por despesas e receitas em que os lucros real e presumido são maiores ou menores do que R\$ 60.000 por trimestre. A opção pelo lucro presumido pode ser exercida quando a receita bruta no ano anterior tenha sido menor do que R\$ 48 milhões o que representa ordem de grandeza de R\$ 12 milhões por trimestre.

6.1 Hipótese em que lucro real e lucro presumido $\geq$ R\$ 60.000

A relação obtida foi:
$$R = \frac{34\%D + 6,105\%\alpha D}{36,455\% - [25\%(1-\beta)p_i + 9\%(1-\beta)p_c + 40,105\%\beta]}$$

Considerando-se os valores de α e β constantes para cada setor, o resultado no plano cartesiano despesas x receitas será uma reta, passando pela origem. Se um contribuinte realiza operações em um determinado setor X, auferir receita R_1 e parte dessas receitas corresponde a um valor β_1 , para tanto incorre em despesas D_1 sendo que parte delas dão direito a crédito de PIS e COFINS, é possível, portanto, obter-se a reta específica para esse contribuinte por intermédio de α_1 e β_1 . Em seguida, se for posicionado o ponto (D_1, R_1) no gráfico, a decisão em se escolher um ou outro regime de apuração poderá ser tomada. Esquematicamente:

Gráfico 6 - Critério para se optar ou não pelo lucro presumido, quando os lucros reais e presumidos são maiores do que R\$60.000 por trimestre

Fazendo-se uma simulação para alguns valores de α e β , resultará um conjunto de retas por setor conforme abaixo:

Tabela 7 - Equações das fronteiras em que o lucro real é igual ao presumido (ambos maiores do que R\$ 60.000) por setor
Com α igual a 100%, 60%, 30% e 0% e
 β igual a 0%, 10%, 20% e 30%

β	α	Sector I	Sector II	Sector III	Sector IV
		$P_i = 8\%$ $P_c = 12\%$	$P_i = 1,6\%$ $P_c = 12\%$	$P_i = 16\%$ $P_c = 12\%$	$P_i = 32\%$ $P_c = 32\%$
0%	$\alpha = 100\%$	R= 1,2016 D	R= 1,1467 D	R= 1,2782 D	R= 1,5681 D
	$\alpha = 60\%$	R= 1,1285 D	R= 1,0769 D	R= 1,2004 D	R= 1,4726 D
	$\alpha = 30\%$	R= 1,0736 D	R= 1,0245 D	R= 1,1420 D	R= 1,4010 D
	$\alpha = 0\%$	R= 1,0187 D	Coef. Ang. < 1	R= 1,0837 D	R= 1,3294 D
10%	$\alpha = 100\%$	R= 1,3516 D	R= 1,2890 D	R= 1,4389 D	R= 1,7704 D
	$\alpha = 60\%$	R= 1,2693 D	R= 1,2105 D	R= 1,3513 D	R= 1,6626 D
	$\alpha = 30\%$	R= 1,2076 D	R= 1,1517 D	R= 1,2856 D	R= 1,5818 D
	$\alpha = 0\%$	R= 1,1458 D	R= 1,0928 D	R= 1,2198 D	R= 1,5009 D
20%	$\alpha = 100\%$	R= 1,5443 D	R= 1,4717 D	R= 1,6457 D	R= 2,0327 D
	$\alpha = 60\%$	R= 1,4503 D	R= 1,3821 D	R= 1,5455 D	R= 1,9089 D
	$\alpha = 30\%$	R= 1,3797 D	R= 1,3149 D	R= 1,4703 D	R= 1,8161 D
	$\alpha = 0\%$	R= 1,3092 D	R= 1,2477 D	R= 1,3952 D	R= 1,7233 D
30%	$\alpha = 100\%$	R= 1,8011 D	R= 1,7148 D	R= 1,9219 D	R= 2,3861 D
	$\alpha = 60\%$	R= 1,6914 D	R= 1,6104 D	R= 1,8049 D	R= 2,2408 D
	$\alpha = 30\%$	R= 1,6091 D	R= 1,5321 D	R= 1,7171 D	R= 2,1319 D
	$\alpha = 0\%$	R= 1,5269 D	R= 1,4538 D	R= 1,6293 D	R= 2,0229 D

Cada uma dessas relações entre R e D, ou seja, a função R(D) intercepta a linha do lucro real e a do lucro presumido em determinados pontos e só a partir de um deles é que R(D) é aplicável. Para se fazer essa análise, deve-se considerar que R(D) da Tabela 7 só é aplicável quando:

$$\text{Lucro Real} > 60.000, \text{ ou seja : } R = D + 60.000$$

e

$$\text{Lucro Presumido} > 60.000, \text{ ou seja : } p_i(R - R_f) + R_f = 60.000$$

$$(p_i + \beta - p_i\beta)R = 60.000 \Rightarrow R = \frac{60.000}{p_i + \beta(1 - p_i)}$$

As relações acima são representadas no plano cartesiano (D, R) por uma reta que passa ponto (0,60.000) com coeficiente angular igual a 1 (a do lucro real) e por outra reta paralela ao eixo

das abscissas distante $R = \frac{60.000}{p_i + \beta(1 - p_i)}$ desse eixo. Essas duas retas se encontram em:

$$D + 60.000 = \frac{60.000}{p_i + \beta(1 - p_i)}, \text{ ou seja : } D = 60.000 \left(\frac{1}{p_i + \beta(1 - p_i)} - 1 \right)$$

Como esses valores dependem apenas de p_i e β , ou seja, do setor e da proporção entre receitas financeiras e receitas totais, para este estudo e para cada par (p_i, β) , as respectivas retas do lucro presumido interceptam o eixo r nos seguintes valores:

Tabela 8 - Intercepto entre o eixo R e a reta do lucro presumido em função de β e p_i

β	Setor I	Setor II	Setor III	Setor IV
	$P_i = 8\%$	$P_i = 1,6\%$	$P_i = 16\%$	$P_i = 32\%$
0%	750.000	3.750.000	375.000	187.500
10%	348.837	524.476	245.902	154.639
20%	227.273	281.955	182.927	131.579
30%	168.539	192.802	145.631	114.504

Há, portanto, duas possibilidades de a função $R(D)$ adentrar a região dos lucros real e presumido maiores do que R\$ 60.000: a primeira, quando $R(D)$ intercepta a reta do lucro presumido antes da sua intersecção com a reta do lucro real; a segunda, quando $R(D)$ intercepta a reta do lucro real após a sua intersecção com a do lucro presumido. Tal afirmativa pode ser mais bem representada no Gráfico 7:

Gráfico 7 - As duas situações em que as retas podem adentrar a região em que os lucros reais e presumido são maiores do que R\$ 60.000 por trimestre

Se o coeficiente angular de $R(D)$ for menor do que 1, ela não interceptará a reta do lucro real para valores de R e D positivos (1º quadrante do plano cartesiano) e, portanto, não ocorrerá a hipótese de lucro real maior do que R\$ 60.000. Cabe salientar que o 1º quadrante do plano cartesiano (D, R) é o único em que se pode fazer a análise, pois valores negativos de r ou d não têm significado no presente estudo.

Diante dessas considerações, é possível determinar para cada $R(D)$ o par cartesiano a partir do qual $R(D)$ é válida para a análise. Para cada setor, α e β , é possível obter o ponto A ou B = (D, R) na Tabela 9. A partir daí até o ponto é determinado pela despesa em que $R(D)$ = R\$ 12.000.000 se estabelece o segmento de reta que é a fronteira em que a tributação pelo lucro real é igual à do lucro presumido quando lucros real e presumido são superiores a R\$ 60.000 por trimestre. A Tabela 9 apresenta os pontos a ou b.

Tabela 9 - (D_{min}, R_{min}) determinados por setor, para cada valor de α e β quando lucros real e presumido são maiores do que R\$ 60.000 por trimestre

β	α	Setor I		Setor II		Setor III		Setor IV	
		$P_i = 8\%$		$P_i = 1,6\%$		$P_i = 16\%$		$P_i = 32\%$	
		D	R	D	R	D	R	D	R
0%	$\alpha = 100\%$	624.143	750.000	3.270.322	3.750.000	293.371	375.000	119.569	187.500
	$\alpha = 60\%$	664.611	750.000	3.482.363	3.750.000	312.392	375.000	127.322	187.500
	$\alpha = 30\%$	815.184	875.184	3.660.362	3.750.000	422.417	482.417	149.612	209.612
	$\alpha = 0\%$	3.204.000	3.264.000	∞	∞	717.143	777.143	182.136	242.136
10%	$\alpha = 100\%$	258.094	348.837	406.876	464.476	170.899	245.902	87.345	154.639
	$\alpha = 60\%$	274.829	348.837	433.257	464.476	181.979	245.902	93.008	154.639
	$\alpha = 30\%$	289.065	349.065	455.402	464.476	210.121	270.121	103.130	163.130
	$\alpha = 0\%$	411.404	471.404	646.494	706.494	272.925	332.925	119.775	170.775
20%	$\alpha = 100\%$	147.170	227.273	191.570	221.955	111.156	182.927	64.731	131.579
	$\alpha = 60\%$	156.713	227.273	204.000	221.955	118.364	182.927	68.928	131.579
	$\alpha = 30\%$	164.723	227.273	214.428	221.955	127.575	187.575	733.521	133.521
	$\alpha = 0\%$	194.047	254.047	242.222	302.222	151.838	211.838	82.957	142.957
30%	$\alpha = 100\%$	93.578	168.539	112.434	132.802	75.775	145.631	47.987	114.504
	$\alpha = 60\%$	99.646	168.539	119.724	132.802	80.688	145.631	51.099	114.504
	$\alpha = 30\%$	104.739	168.539	125.843	132.802	84.812	145.631	53.710	114.504
	$\alpha = 0\%$	113.876	173.876	132.622	132.802	95.340	155.340	58.656	118.656

Observe-se que o intervalo em que essa análise é válida está compreendido entre valores de receita inferiores a R\$ 900.000 até R\$ 12.000.000 por trimestre, exceto em 3 casos do setor II e um caso do setor I quando $\beta = 0\%$ em que a receita mínima está na faixa dos R\$ 3.000.000.

Para cada valor de β e variando-se α no intervalo de 0% a 100%, obtém-se um feixe de retas com diferentes coeficientes angulares, todas passando pela origem porém válidas a partir de (D, R). Essas retas podem ser representadas, graficamente, para cada valor de β e por setor, conforme abaixo:

Gráfico 8 - R(D) do setor I para α igual a 0%, 30%, 60% e 100% e $\beta = 0\%$, quando lucros real e presumido são maiores do que R\$ 60.000 por trimestre

Gráfico 9 - R(D) do setor I para α igual a 0%, 30%, 60% e 100% e $\beta = 10\%$, quando lucros real e presumido são maiores do que R\$ 60.000 por trimestre

Gráfico 10 - R(D) do setor I para α igual a 0%, 30%, 60% e 100% e $\beta = 20\%$, quando lucros real e presumido são maiores do que R\$ 60.000 por trimestre

Gráfico 11 - R(D) do setor I para α igual a 0%, 30%, 60% e 100% e $\beta = 30\%$, quando lucros real e presumido são maiores do que R\$ 60.000 por trimestre

Gráfico 12 - R(D) do setor II para α igual a 0%, 30%, 60% e 100% e $\beta = 0\%$, quando lucros real e presumido são maiores do que R\$ 60.000 por trimestre

Gráfico 13 - R(D) do setor II para α igual a 0%, 30%, 60% e 100% e $\beta = 10\%$, quando lucros real e presumido são maiores do que R\$ 60.000 por trimestre

Gráfico 14 - R(D) do setor II para α igual a 0%, 30%, 60% e 100% e $\beta = 20\%$, quando lucros real e presumido são maiores do que R\$ 60.000 por trimestre

Gráfico 15 - R(D) do setor II para α igual a 0%, 30%, 60% e 100% e $\beta = 30\%$, quando lucros real e presumido são maiores do que R\$ 60.000 por trimestre

Gráfico 16 - R(D) do setor III para α igual a 0%, 30%, 60% e 100% e $\beta = 0\%$, quando lucros real e presumido são maiores do que R\$ 60.000 por trimestre

Gráfico 17 - R(D) do setor III para α igual a 0%, 30%, 60% e 100% e $\beta = 10\%$, quando lucros real e presumido são maiores do que R\$ 60.000 por trimestre

Gráfico 18 - R(D) do setor III para α igual a 0%, 30%, 60% e 100% e $\beta = 20\%$, quando lucros real e presumido são maiores do que R\$ 60.000 por trimestre

Gráfico 19 - R(D) do setor III para α igual a 0%, 30%, 60% e 100% e $\beta = 30\%$, quando lucros real e presumido são maiores do que R\$ 60.000 por trimestre

Gráfico 20 - R(D) do setor IV para α igual a 0%, 30%, 60% e 100% e $\beta = 0\%$, quando lucros real e presumido são maiores do que R\$ 60.000 por trimestre

Gráfico 21 - R(D) do setor IV para α igual a 0%, 30%, 60% e 100% e $\beta = 10\%$, quando lucros real e presumido são maiores do que R\$ 60.000 por trimestre

Gráfico 22 - R(D) do setor IV para α igual a 0%, 30%, 60% e 100% e $\beta = 20\%$, quando lucros real e presumido são maiores do que R\$ 60.000 por trimestre

Gráfico 23 - R(D) do setor IV para α igual a 0%, 30%, 60% e 100% e $\beta = 30\%$, quando lucros real e presumido são maiores do que R\$ 60.000 por trimestre

Esses gráficos devem ser analisados a partir do ponto em que cada uma das retas definidas por α e β adentram a região em que os lucros reais e presumido são maiores do que R\$ 60.000 por trimestre e a análise deverá considerar como ficou subdividida essa região, pois valores inferiores a R(D) indicam a preferência pelo lucro real enquanto para valores superiores a R(D), a preferência será pelo lucro presumido.

Gráfico 24 - Região do plano cartesiano (D, R) em que os lucros real e presumido são maiores do que R\$ 60.000 por trimestre subdividida por $R(D)$ a partir do ponto A

Gráfico 25 - Região do plano cartesiano (D, R) em que os lucros real e presumido são maiores do que R\$ 60.000 por trimestre subdividida por $R(D)$ a partir do ponto B

Quanto menor o coeficiente angular da reta obtida com os parâmetros β e α , maior a região em que será mais vantajoso se optar pelo lucro presumido o que leva a concluir que quanto maior valor de β , maior a inclinação e, dado β , quanto maior o α , também haverá um incremento positivo da inclinação tornando maior a região do plano cartesiano (R,D) em que o lucro real é mais vantajoso do que o lucro presumido.

Relembrando: para o caso em que os lucros real e presumido são maiores do que R\$ 60.000,

$$R = \frac{34\%D + 6,105\%\alpha D}{36,455\% - [25\%(1-\beta)p_i + 9\%(1-\beta)p_c + 40,105\%\beta]}$$
, conseqüentemente, as variáveis que influenciam no coeficiente angular são α , β e o setor representados por p_i e p_c .

Análise de α : definidos p_i e p_c , e o valor de β , o denominador da equação permanecerá constante e o coeficiente angular poderá ser escrito da seguinte forma: $\frac{34\% + 6,105\%\alpha}{K}$,

sendo K um valor constante. Assim, o numerador será no mínimo 34% quando $\alpha = 0\%$ e no máximo 40,105% quando $\alpha = 100\%$ do que resulta uma variação igual a $\frac{40,105\%}{34\%} - 1 \cong 17,9559\%$. Isso explica por que se nota que os feixes de retas cujas despesas são relativamente maiores, têm amplitudes maiores e aqueles com despesas relativamente menores têm amplitudes menores, pois, no topo, quando $R = R\$ 12.000.000$, a distância entre as despesas mínima ($\alpha = 0\%$) e máxima ($\alpha = 100\%$), que é a amplitude do feixe de retas, é igual 17,9559% da despesa mínima, ou seja, aquela obtida pelo quociente entre R\$ 12.000.000 e o coeficiente angular máximo que é 17,559% maior do que o coeficiente angular mínimo.

Análise de β : fixado o valor de α , o numerador da equação permanecerá constante. No denominador, é necessária uma análise dos possíveis valores de p_i e p_c , para se isolar a variável β , ou seja, é necessário que se obtenham os quatro possíveis denominadores, um para cada setor. Aplicando-se os valores de p_i iguais 8%, 1,6% e 16% combinados com p_c igual a 12% e, por fim p_i e p_c iguais a 32 %, resultarão as seguintes expressões nos denominadores das equações, respectivamente:

$$\text{Setor I} : 33,375\% - 37,025\%\beta$$

$$\text{Setor II} : 34,975\% - 38,625\%\beta$$

$$\text{Setor III} : 31,375\% - 33,025\%\beta$$

$$\text{Setor IV} : 25,575\% - 29,225\%\beta$$

Os denominadores das equações, portanto, em qualquer setor, serão tanto menores quanto maior for o valor de β , conseqüentemente, os respectivos coeficientes angulares serão tanto maiores quanto maiores os valores de β . Ocorre que há a possibilidade de os denominadores serem iguais a zero, quando β assumir os seguintes valores para cada setor, respectivamente: 90,1418%, 90,5502%, 89,5789% e 87,5107%. À medida que o valor de β se aproxima desses números em seus respectivos setores, o coeficiente angular da reta tende ao infinito o que significa que valores de β próximos desses valores levariam o contribuinte a optar pelo regime de apuração do lucro real independentemente de α . Ocorrendo hipóteses como essa, ou seja, valores de β entre 87% e 91% significa que as demais receitas operacionais estariam entre 13% e 9% do total de receitas objeto da atividade principal da empresa.

Análise de p_i e p_c : dados α e β , os percentuais de presunção p_i e p_c diminuem o valor do denominador da equação, portanto, ao se aumentar esses valores o coeficiente angular da reta também aumenta, reduzindo a área em que a opção pelo lucro presumido é mais vantajosa.

6.2 Demais combinações de hipóteses entre lucros reais e presumido maiores ou menores do que R\$ 60.000

As demais combinações ocupam a região do gráfico em que o lucro real ou lucro presumido ou ambos, são menores do que R\$ 60.000 por trimestre. Serão analisadas as fronteiras que ocorrem nessas regiões por setor. Relembrando: o lucro presumido igual a R\$ 60.000 é uma

reta paralela ao eixo das despesas calculada por $R = \frac{60.000}{p_i + \beta(1 - p_i)}$ enquanto o lucro real igual

a R\$ 60.000 é a reta determinada por $r = d + 60.000$. Em cada setor serão determinados os pontos de intersecção da função $R(D)$ com as duas retas levando-se em consideração os intervalos em que $R(D)$ é válida. Os pontos obtidos por setor são:

Tabela 10 - Setor I: Pontos de intersecção de R(D) com $R = \frac{60.000}{p_i + \beta(1 - p_i)}$ e R= D+60.000
nos intervalos em que R(D) é válida ($p_i= 8\%$)

β	α	LR e LP≤60.000		LR≤60.000 e LP>60.000				LR>60.000 e LP≤60.000				R = $\frac{60.000}{p_i + \beta(1 - p_i)}$
		Dmáx	Rmáx	Dmin	Rmin	Dmáx	Rmáx	Dmin	Rmin	Dmáx	Rmáx	
0%	100%	253.963	313.963	€	€	€	€	244.604	304.604	624.143	750.000	750.000
	60%	483.002	543.002	€	€	€	€	415.854	475.854	664.611	750.000	750.000
	30%	721.016	750.000	721.016	750.000	1.137.645	1.197.645	€	€	€	€	750.000
	0%	€	€	€	€	€	€	€	€	€	€	750.000
10%	100%	151.448	211.448	€	€	€	€	147.323	207.323	258.094	348.837	348.837
	60%	222.510	282.510	€	€	€	€	204.697	264.697	274.829	348.837	348.837
	30%	296.944	348.837	296.944	348.837	326.606	386.606	€	€	€	€	348.837
	0%	323.038	348.837	323.038	348.837	523.691	583.691	€	€	€	€	348.837
20%	100%	99.401	159.401	€	€	€	€	97.138	157.138	147.170	227.273	227.273
	60%	130.920	190.920	€	€	€	€	123.340	183.340	156.713	227.273	227.273
	30%	168.437	227.273	168.437	227.273	170.508	230.508	€	€	€	€	227.273
	0%	183.239	227.273	183.239	227.273	219.835	279.835	€	€	€	€	227.273
30%	100%	67.915	127.915	€	€	€	€	66.514	126.514	93.578	168.539	168.539
	60%	84.178	144.178	€	€	€	€	80.237	140.237	99.646	168.539	168.539
	30%	102.605	162.605	€	€	€	€	94.927	154.927	104.739	168.539	168.539
	0%	115.695	168.539	115.695	184.032	124.032	184.032	€	€	€	€	168.539

Tabela 11 - Setor II: Pontos de intersecção de R(D) com $R = \frac{60.000}{p_i + \beta(1 - p_i)}$ e R= D+60.000
nos intervalos em que R(D) é válida ($p_i= 1,6\%$)

β	α	LR e LP≤60.000		LR≤60.000 e LP>60.000				LR>60.000 e LP≤60.000				R = $\frac{60.000}{p_i + \beta(1 - p_i)}$
		Dmáx	Rmáx	Dmin	Rmin	Dmáx	Rmáx	Dmin	Rmin	Dmáx	Rmáx	
0%	100%	314.608	374.608	€	€	€	€	303.441	363.441	3.270.322	3.750.000	3.750.000
	60%	724.560	784.560	€	€	€	€	596.559	656.559	3.482.363	3.750.000	3.750.000
	30%	3.742.962	3.750.000	3.742.962	3.750.000	10.306.220	10.366.220	€	€	€	€	3.750.000
	0%	€	€	€	€	€	€	€	€	€	€	3.750.000
10%	100%	174.454	234.454	€	€	€	€	170.146	230.146	406.876	524.476	524.476
	60%	270.099	330.099	€	€	€	€	246.997	306.997	433.257	524.476	524.476
	30%	458.722	518.722	€	€	€	€	373.536	433.536	460.303	520.303	524.476
	0%	504.567	524.476	504.567	524.476	932.701	992.701	€	€	€	€	524.476
20%	100%	110.620	170.620	€	€	€	€			108.388	168.388	281.955
	60%	149.022	209.022	€	€	€	€			140.336	200.336	281.955
	30%	201.482	261.482	€	€	€	€			180.163	240.163	281.955
	0%	236.349	281.955	236.349	281.955	279.434	339.434	€	€	€	€	281.955
30%	100%	74.106	134.106	€	€	€	€			72.762	132.762	192.802
	60%	92.929	152.929	€	€	€	€			88.679	148.679	192.802
	30%	114.798	174.798	€	€	€	€			106.083	166.083	192.802
	0%	137.749	192.802	137.749	192.802	144.717	204.717	€	€	€	€	192.802

Tabela 12 - Setor III: Pontos de intersecção de R(D) com $R = \frac{60.000}{p_i + \beta(1 - p_i)}$ e R= D+60.000
nos intervalos em que R(D) é válida ($p_i= 16\%$)

β	α	LR e LP≤60.000		LR≤60.000 e LP>60.000				LR>60.000 e LP≤60.000				R = $\frac{60.000}{p_i + \beta(1 - p_i)}$
		Dmáx	Rmáx	Dmin	Rmin	Dmáx	Rmáx	Dmin	Rmin	Dmáx	Rmáx	
0%	100%	201.122	261.122	€	€	€	€	193.338	253.338	293.371	375.000	375.000
	60%	317.616	375.000	317.616	375.000	327.475	387.475	€	€	€	€	375.000
	30%	343.272	375.000	343.272	375.000	508.795	568.795	€	€	€	€	375.000
	0%	373.438	375.000	373.438	375.000	1.140.000	1.200.000	€	€	€	€	375.000
10%	100%	128.346	188.346	€	€	€	€	124.457	184.457	170.899	245.902	245.902
	60%	179.372	239.372	€	€	€	€	165.805	225.805	181.979	245.902	245.902
	30%	199.149	245.902	199.149	245.902	232.618	292.618	€	€	€	€	245.902
	0%	216.650	245.902	216.650	245.902	325.269	385.269	€	€	€	€	245.902
20%	100%	87.294	147.294	€	€	€	€	85.026	145.026	111.156	182.927	182.927
	60%	112.271	172.271	€	€	€	€	105.763	165.763	118.364	182.927	182.927
	30%	128.845	182.927	128.845	182.927	136.976	196.976	€	€	€	€	182.927
	0%	140.168	182.927	140.168	182.927	169.471	229.471	€	€	€	€	182.927
30%	100%	60.935	120.935	€	€	€	€	59.484	119.484	75.775	145.631	145.631
	60%	74.553	134.553	€	€	€	€	70.944	130.944	80.688	145.631	145.631
	30%	87.209	145.631	87.209	145.631	88.454	148.454	€	€	€	€	145.631
	0%	94.873	145.631	94.873	145.631	103.396	163.396	€	€	€	€	145.631

Tabela 13 - Setor IV: Pontos de intersecção de R(D) com $R = \frac{60.000}{p_i + \beta(1 - p_i)}$ e $R = D + 60.000$ nos intervalos em que R(D) é válida ($p_i = 32\%$)

β	α	LR e LP ≤ 60.000		LR ≤ 60.000 e LP > 60.000				LR > 60.000 e LP ≤ 60.000				$R = \frac{60.000}{p_i + \beta(1 - p_i)}$
		Dmáx	Rmáx	Dmin	Rmin	Dmáx	Rmáx	Dmin	Rmin	Dmáx	Rmáx	
0%	100%	104.325	164.325	€	€	€	€	99.426	159.426	119.569	187.500	187.500
	60%	130.900	187.500	130.900	187.500	135.689	195.689	€	€	€	€	187.500
	30%	141.474	187.500	141.474	187.500	165.470	225.470	€	€	€	€	187.500
	0%	153.906	187.500	153.906	187.500	212.000	272.000	€	€	€	€	187.500
10%	100%	76.246	136.246	€	€	€	€	73.085	133.085	87.345	154.639	154.639
	60%	95.163	154.639	€	€	95.642	155.642	€	€	€	€	154.639
	30%	102.850	154.639	102.850	154.639	111.621	171.621	€	€	€	€	154.639
	0%	111.888	154.639	111.888	154.639	134.009	194.009	€	€	€	€	154.639
20%	100%	56.363	116.363	€	€	€	€	54.214	114.214	64.731	131.579	131.579
	60%	68.380	128.380	€	€	€	€	64.114	124.114	68.928	131.579	131.579
	30%	75.745	131.579	75.745	131.579	78.534	138.534	€	€	€	€	131.579
	0%	82.401	131.579	82.401	131.579	90.776	150.776	€	€	€	€	131.579
30%	100%	41.543	101.543	€	€	€	€	40.030	100.030	47.987	114.504	114.504
	60%	49.069	109.069	€	€	€	€	46.291	106.291	51.099	114.504	114.504
	30%	55.675	114.504	55.675	114.504	56.143	116.143	€	€	€	€	114.504
	0%	60.568	114.504	60.568	114.504	63.300	123.300	€	€	€	€	114.504

A partir de lucros real e presumido menores do que 60.000, é possível verificar se R(D) intercepta primeiro a reta do lucro real ($R = D + 60.000$) ou a do lucro presumido ($R = \frac{60.000}{p_i + \beta(1 - p_i)}$). A análise do coeficiente angular de R(D) fará com que se verifique se essa função interceptará primeiro a reta do lucro real ou a do lucro presumido; para tanto, basta serem usados os conceitos da trigonometria, visto que R(D), nesse intervalo, passa pela origem do plano cartesiano (D, R).

A $\tan \gamma$ será igual ao coeficiente angular de R(D) e é calculada pelo quociente entre o cateto oposto e o cateto adjacente ao ângulo γ .

$$tg\gamma = \frac{\frac{60.000}{p_i + \beta(1-p_i)}}{60.000\left(\frac{1}{p_i + \beta(1-p_i)} - 1\right)} = \frac{1}{1-p_i + \beta(1-p_i)}$$

Utilizando-se a expressão acima, é possível ser encontrado o coeficiente para cada um dos setores em função dos valores de β adotados.

Tabela 14 - Coeficientes angulares em que R(D) coincide com a intersecção das retas do lucro real e presumido

β	Setor I	Setor II	Setor III	Setor IV
0%	1,0870	1,0163	1,1905	1,4706
10%	1,2077	1,1292	1,3228	1,6340
20%	1,3587	1,2703	1,4881	1,8382
30%	1,5528	1,4518	1,7007	2,1008

Basta, portanto, verificar se o coeficiente angular de R(D) é maior ou menor do que os valores da Tabela 14: se for maior, R(D) interceptará primeiro a reta do lucro real; caso contrário, interceptará primeiro a reta do lucro presumido.

Da análise anterior decorre o percurso seguinte: se a interceptação anterior for com a reta do lucro presumido, adentrar-se-á na região em que o lucro real é maior do que R\$ 60.000 e o lucro presumido é menor do que R\$ 60.000. A contrário *sensu*, se da análise anterior a interceptação for com a reta do lucro presumido, então, a região estudada será aquela em que o lucro presumido for maior do que R\$ 60.000 e o lucro real menor do que R\$ 60.000.

A decisão deve ser tomada sempre em função de R(D), ou seja, se os pontos que são do conhecimento do contribuinte forem D_a e R_a , então, deve-se analisar a posição relativa dessas coordenadas com R(D) válida em cada intervalo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÃO

A legislação do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ é a base para se optar ou não pelo regime de tributação do lucro presumido, porém, ao fazê-lo, está-se escolhendo, também, a legislação dos outros tributos estudados (PIS, COFINS e CSLL). Assim, o contribuinte que atender aos requisitos legais e fizer a opção pelo regime do lucro presumido deverá fazê-lo com cautela para evitar gastos tributários desnecessários. Nesse contexto, o modelo desenvolvido no presente trabalho poderá, de forma direta e prática, auxiliar nessa tomada de decisão.

O modelo pressupõe a utilização das seguintes premissas:

- alíquotas dos tributos (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS) conforme legislação vigente em 2007;
- percentuais de presunção para a determinação das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL segundo legislação vigente em 2007;
- base de cálculo da CSLL igual ao lucro real;
- o lucro presumido é calculado aplicando-se o percentual de presunção sobre as correspondentes receitas da atividade; ao resultado encontrado devem ser acrescentadas as receitas financeiras;
- empresas obrigadas ao lucro real não fazem parte deste estudo;
- situações em que as alíquotas de PIS e COFINS cumulativos sejam diferentes de 1,65% e 7,6%, respectivamente, não foram consideradas no estudo;
- situações em que os créditos de PIS e COFINS não sejam pura e simplesmente a aplicação das alíquotas das contribuições sobre parte dos custos e despesas utilizados para cálculo do lucro real também estão excluídas do presente estudo

Para a elaboração do estudo, foram considerados os seguintes parâmetros:

- definiu-se β como sendo a proporção das receitas financeiras com relação à receita total, variando, portanto, no intervalo de 0 a 1;
- o parâmetro α multiplicado pela totalidade dos custos e despesas (D), considerados na apuração do lucro real, resulta a base para o cálculo dos créditos de PIS e COFINS ($C = \alpha D$) - α está no intervalo entre 0 e 1.

A aplicação do modelo deverá ser feita adotando-se a seguinte rotina: o contribuinte deverá estimar os valores de (R, D) , α e β para um trimestre relativamente ao ano em curso; calcular o lucro real e o lucro presumido; calcular a relação entre as receitas e despesas de forma analítica $-R(D)-$ de acordo com as combinações em que lucro real e lucro presumido sejam maiores ou menores do que R\$ 60.000 por trimestre; verificar se o par cartesiano (R,D) estimado se posiciona à esquerda ou à direita da função $R(D)$ e, se for à esquerda, optar pelo lucro presumido; se for à direita, não optar pelo lucro presumido.

Se forem considerados os casos em que os lucros real e presumido forem superiores a R\$ 60.000 (deve ser a maioria), a função $r(d)$ poderá atingir essa condição de duas formas: primeiro, o lucro real superior a R\$ 60.000 e depois o lucro presumido (ponto A) ou o contrário (ponto B). Nos gráficos abaixo, podem ser verificados os pontos A e B e, ainda, observadas as regiões em que uma opção ou outra é mais vantajosa, para valores de α e β previamente definidos:

co 26 - Região do plano cartesiano (D,R) em que os lucros real e presumido são maiores do que R\$ 60.000 por trimestre subdividida por $R(D)$ a partir do ponto A

Gráfico 27 - Região do plano cartesiano (D,R) em que os lucros real e presumido são maiores do que R\$ 60.000 por trimestre subdividida por $R(D)$ a partir do ponto B

As regiões abaixo ou acima de $R(D)$ e a condição de que os lucros real e presumido sejam maiores do que R\$ 60.000 no trimestre delimitam as regiões em que a opção deverá ser feita por um ou outro regime. Nas demais situações em que os lucros real e presumido assumem outras combinações, devem-se utilizar as Tabelas nºs 7 a 11, interpolando-se os valores de α e β , se for o caso, para, de forma análoga, localizar se o par cartesiano (R,D) está na região em que a opção pelo lucro deve ser exercida, caso contrário, deverá ser mantido o regime de apuração pelo lucro real.

Mais do que a mera aplicação do modelo, é importante analisar o comportamento de α e β para se verificar até que ponto o administrador pode influenciar nesses valores com vistas a modificar a sua função $R(D)$ e torná-la mais favorável no aspecto tributável.

O valor de α está intimamente relacionado com o aspecto operacional e, portanto, apenas modificações nos processos poderão redundar em benefícios tributários.

Cabe salientar que eventuais investimentos no imobilizado poderão gerar créditos de PIS/COFINS superiores aos calculados neste modelo, fazendo com que o contribuinte, pelo

menos temporariamente – durante o período da depreciação prevista na legislação do PIS e da COFINS – possa usufruir desses créditos adicionais e, eventualmente, escolher a tributação com base no lucro real.

Apesar de a premissa de que situações em que os créditos de PIS e COFINS não sejam pura e simplesmente a aplicação das alíquotas das contribuições sobre parte dos custos e despesas utilizados para cálculo do lucro real estarem excluídas do presente estudo, é possível obter-se a formulação, caso a caso, calculando-se o valor de c sem utilizar o parâmetro α . em outras palavras, deve-se apurar o total dos custos e despesas, nos termos da legislação do PIS e da COFINS, que podem ser utilizados na apuração dos créditos relativos a esses tributos. Dessa forma, a função $R(D)$ obtida poderá ser aplicada em função de β e a decisão poderá ser tomada.

Quanto ao valor de β , pressupõe-se que receitas financeiras sejam marginais às atividades operacionais da pessoa jurídica, dessa forma, a melhor estratégia seria reduzir o valor de β no sentido de dar viabilidade para que o estoque de capital que gera essas receitas financeiras se transforme em investimento gerando receitas operacionais sujeitas ao percentual de presunção. Dependendo da situação, o incremento de rentabilidade poderá ser potencializado visto que a atividade operacional, em tese, deve ser mais rentável do que a aplicação financeira, além de eventual economia tributária com menor despesa com impostos e contribuições.

Na hipótese de que a utilização desse estoque de capital não possa ser utilizada para investimento, não parece interessante, no aspecto tributário, manter essa quantia aplicada no mercado financeiro ou de capitais, mas, sim, devolvê-la aos sócios.

Se os sócios forem pessoas físicas e tiverem interesse em aplicar as respectivas quantias no mercado financeiro ou de capitais, sofrerão uma tributação exclusiva na fonte ou em separado, respectivamente, apenas no que se refere ao imposto de renda, com alíquotas variando de 15% a 22,5%, enquanto na pessoa jurídica haveria a incidência do IRPJ e da CSLL, que somados podem ser igual a 24% ou 34%, em função da progressividade desses tributos, além da incidência de PIS e COFINS, nos casos de lucro presumido. Na hipótese de os sócios serem pessoas jurídicas, a análise retorna ao início até que se chegue nas pessoas físicas.

O modelo desenvolvido no presente estudo demonstra a necessidade de se considerar, de forma criteriosa, todas as variáveis que envolvem a decisão de se optar ou não pelo lucro presumido e, apesar das limitações estabelecidas nas premissas nele inseridas, é uma ferramenta que poderá auxiliar o profissional da área contábil responsável por essa decisão.

O trabalho apresentou, ainda, conclusões a respeito do tratamento a ser dado às aplicações financeiras que representem estoque de capital nas empresas, ficando demonstrado que essa situação, no que se refere aos aspectos tributários, não é a mais adequada, sendo recomendável a retirada dessa sobra de capital da pessoa jurídica.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, André Martins de. **A ilegitimidade das limitações à compensação de prejuízos fiscais**. In: ROCHA, Valdir de Oliveira. Imposto de Renda – Alterações Fundamentais. São Paulo: Dialética, 1996.
- ANDREZO, Andrea Fernandes; LIMA, Iran Siqueira. **Mercado financeiro**: Aspectos históricos e conceituais. 2ª ed. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.
- BALEEIRO, Aliomar. **Direito tributário brasileiro**. 10ª ed. Rev. e atualizada por Flávio Bauer Novelli. Rio De Janeiro: Forense, 1994.
- BASSANI CAMPOS, F.; CAMPOS, J. M. DE; MACHADO, J. L. R.; SILVA, A. da; TEBECHRANI, A.. **Regulamento do imposto de renda**: Decreto n. 3.000, de 1999 – atualizado até 25/07/2001 – São Paulo: Resenha, 2001.
- DEVINE, Carl Thomas. The rule of conservatism reexamined. **Journal of accounting research**, p. 137-138, October, 1963.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 05/10/1988. **Diário oficial – República Federativa do Brasil**: Poder Legislativo. Brasília, DF, 1988.
- _____. Decreto n. 5.821, 29/06/2006. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil**: Poder Executivo. Brasília, DF, 2006.
- _____. Decreto-lei n. 5.844, 23/09/1943. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Poder Executivo. Brasília, DF.
- _____. Decreto-lei n. 1.598, 26/12/1977. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil**: Poder Executivo. Brasília, DF, 1977.
- _____. Decreto-lei n. 2.065 de 26/10/83. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil**: Poder Executivo. Brasília, DF, 1983.
- _____. Decreto-lei n. 2.287 de 23/07/1986. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil**: Poder Executivo. Brasília, DF, 1986.
- _____. Decreto-lei n. 2.445, 29/06/1988. **Diário oficial – república federativa do brasil**: poder executivo. Brasília, DF, 1988.
- _____. Decreto-lei n. 2.449, 21/07/1988. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil**: Poder Executivo. Brasília, DF, 1988.
- _____. Decreto-lei n. 2.462 de 30/08/1988. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil**: Poder Executivo. Brasília, DF, 1988.
- _____. Comissão de Valores Mobiliários. Deliberação CVM n. 489, de 03/10/2005. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil**: Poder Executivo. Brasília, DF, 2005.

_____. Secretaria da Receita Federal. Instrução Normativa SRF n. 390, 30/01/2004. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil: Poder Executivo**. Brasília, DF, 2004.

_____. Lei Complementar n. 26, 11/09/1975. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil: Poder Legislativo**. Brasília, DF, 1975.

_____. Lei Complementar n. 17, 12/12/1973. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil: Poder Legislativo**. Brasília, DF, 1973.

_____. Lei Complementar Federal n. 7, 07/09/1970. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil: Poder Legislativo**. Brasília, DF, 1970.

_____. Lei n. 11.033, 21/12/2004. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil: Poder Legislativo**. Brasília, DF, 2004.

_____. Lei n. 10.637, 30/12/2002. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil: Poder Legislativo**. Brasília, DF, 2002.

_____. Lei n. 10.833, 29/12/2003. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil: Poder Legislativo**. Brasília, DF, 2003.

_____. Lei n. 5.172, 25/10/1966. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil: Poder Legislativo**. 1966.

_____. Lei n. 7.450 de 23/12/1985. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil: Poder Legislativo**. Brasília, DF, 1985.

_____. Lei n. 7.689, 15/12/1988. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil: Poder Legislativo**. Brasília, DF, 1988.

_____. Lei n. 8.981, 20/01/1995. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil: Poder Legislativo**. Brasília, DF, 1995.

_____. Lei n. 9.249, 26/12/1995. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil: Poder Legislativo**. Brasília, DF, 1995.

_____. Lei n. 9.430, 27/12/1996. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil: Poder Legislativo**. Brasília, DF, 1996.

_____. Lei n. 9.532, 10/12/1997. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil: Poder Legislativo**. Brasília, DF, 1997.

_____. Lei n. 9.715, 25/11/1998. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil: Poder Legislativo**. Brasília, DF, 1998.

_____. Medida Provisória n. 1.212 de 28/11/1995. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil: Poder Executivo**. Brasília, DF, 1995.

_____. Medida Provisória n. 135, 30/10/2003. **Exposição de motivos**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Poder Executivo. Brasília, DF, 2003.

_____. Medida Provisória n. 66 de 29/08/2002. **Exposição de motivos**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Poder Executivo. Brasília, DF, 2002.

_____. Congresso. Senado. Resolução do Senado Federal n. 49, 09/10/1995. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil**: Poder Legislativo. Brasília, DF, 1995.

GOMES, Rubens de Oliveira. **Uma contribuição para a mensuração do impacto econômico dos tributos indiretos na cadeia produtiva do aço longo produzido em aciarias elétricas brasileiras**. 2003. Dissertação. (Mestrado). Faculdade De Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo. São Paulo, SP.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F.. **Teoria da contabilidade**. Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**: (aplicável às demais sociedades) 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

_____; _____. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**: (aplicável às demais sociedades), São Paulo: Atlas, 2008.

_____; POHLMANN, Marcelo C.. Classificação interdisciplinar da pesquisa tributária. **Revista de Contabilidade da UFBA**. Vol. 1, n. 1, Salvador, 2007.

MARTINS, Eliseu; SANTOS, Ariovaldo dos. Alguns pontos da Lei n. 11.638 e a internacionalização da contabilidade brasileira. **IBEF NEWS**. N. 115. São Paulo, 2008.

PEDREIRA, José Luiz Bulhões. **Imposto sobre a renda**: Pessoa jurídica. Rio de Janeiro: Adcoas Justec, 1979.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração do valor adicionado**: Como elaborar e analisar a DVA. São Paulo: Atlas, 2003.

SCHAMALENBACH, Eugen. **Dynamic accounting**. Tradução para o inglês. Londres: Gee & Co., 1959. P. 81-82.

SHACKELFORD, Douglas A.; SHEVLIN, Terry. Empirical tax research in accounting. **Journal of Accounting and Economics**. Vol. 31. Rochester, 2001. P. 321-387.

THOMAS, Arthur L. **Revenue recognition**. Ann Arbor : University of Michigan Press, 1966. P. 53-54.